

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

EVERTON DEMETRIO

VEREDAS DE TRADIÇÃO E MODERNIDADE:
História e Alegoria no Grande Sertão: Veredas de João Guimarães Rosa

Campina Grande-PB

2009

EVERTON DEMETRIO

VEREDAS DE TRADIÇÃO E MODERNIDADE:

História e Alegoria no Grande Sertão: Veredas de João Guimarães Rosa

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de licenciado em História, do Centro de Humanidades – CH, da Universidade Federal de Campina Grande, sob a orientação do professor Drº. Benjamin Montenegro.

Campina Grande-PB

2009

EVERTON DEMETRIO

VEREDAS DE TRADIÇÃO E MODERNIDADE:

História e Alegoria no Grande Sertão: Veredas de João Guimarães Rosa

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de licenciado em História, do Centro de Humanidades – CH, da Universidade Federal de Campina Grande.

Aprovada em _____ de _____ 2009.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr^o José Benjamin Montenegro
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/UAHG
(Orientador)

Professora Dr^a Rosilene Dias Montenegro
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/UAHG
(Examinadora)

Professora Rosângela Melo
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/UAL
(Examinadora)



Biblioteca Setorial do CDSA. Março de 2024.

Sumé - PB

Dedico aos meus pais Maricélia e Edmilson (in memória) por terem oportunizado a mim grandes possibilidades de crescimento acima de qualquer situação adversa.

AGREDECIMENTOS

Agradeço inicialmente a própria *vida*, esta que oferece oportunidades e experiências carregadas de significados relevantes para compreensão de nosso processo mesmo de desenvolvimento e maturidade.

A meu PAI. Mais do que pai, abrigo; mais do que abrigo, alimento de uma aventura desenfreada em busca de mim mesmo e de experiências que garantissem significado ao evento de estar vivo. Por ter construído as estruturas necessárias para que eu pudesse chegar até aqui. Por ter me perdoado – consciente ou não – nas inúmeras vezes em que errei como filho e como homem. Por ter me induzido a andar com as próprias pernas quando podia simplesmente carregar-me nos ombros, mesmo sabendo que levaria tombos – os quais levei –, mas confiando que daria a volta por cima. Pelos singelos momentos de silêncio em que palavras não eram necessárias para dizer o indizível. Enfim, por ter apoiado minhas escolhas quando orientadas para o bem e ter me dado força mesmo quando não entendia muito bem o que fazia eu (não sabia exatamente do que se tratava o curso que eu fazia).

A minha MÃE pela força e coragem de ser ela mesma acima de tudo e todos. Por preocupar-se constantemente com minha educação moral e formal. Por ter sido sempre uma pessoa que transpira felicidade, mostrando a mim o valor que ela tem. Pelas diversas vezes em que suportou minha personalidade difícil, aceitando meus pequenos grandes defeitos; e por ter me defendido sempre em face daqueles que não conheciam-me, mas me julgaram em função dessa mesma personalidade difícil. Agradeço ainda por ter bancado minhas aventuras universitárias no início do curso quando ainda não podia caminhar “independente” (falo de livros, xerox de textos, passagem de ônibus, viagens, alimentação, etc.).

Retomo o agradecimento a vida, pois quero agradecer a certas pessoas que participam desta ativamente, seja recentemente ou de longa data; umas acompanharam de perto, outras vivenciaram comigo angústias e alegrias desse processo, outras ainda me parecem terem vindo como presente pelo esforço e coragem de ter chegado até o “fim”. Falo de AMIGOS, a saber:

Aos muito mais do que amigos nessa trajetória, antes, espelhos e cais. Ysys Natália (esta que contém uma energia vital e uma força que nem ela acredita ainda) e Tatiana Aparecida (um sorriso e um otimismo que desarmam qualquer pressentimento ruim) iluminaram meu trajeto garantindo força, amparo e ótimos momentos; compartilhando angústias e decepções, bem como alegrias e vitórias. Aos companheiros de início de

caminhada, Jadyel e Thomas Henrique pelos momentos de descontração e por compartilhar os sofrimentos quando da realização de nossas atividades universitárias.

Ao amigo quase irmão Yuri pela cumplicidade, pelas boas conversas regadas à drink's (cerveja, cachaça, wisky...) e por demonstrar em todos os momentos ser companheiro agüentando meus abusos e estresses. Por servir de exemplo na loucura, bem como na capacidade de encarar a vida com a certeza de que nada volta atrás.

Ao amigo Ari que hoje se encontra chateado comigo, mas que reservo lugar especial nesta trajetória e no coração, como aquele que personifica a vontade, a força e a alegria de estar vivo; que ilumina todos a sua volta com sua sóbria loucura.

Aquela que me devolveu a possibilidade de sorrir sem compromisso: Sirléia. Que fez com que o *fim* desta trajetória fosse acrescido de um momento de desestruturação pessoal (no bom sentido), levando-se a repensar posições assumidas em função do vislumbre de novas possibilidades. Agradeço por ter lido meu texto e implicado, coerentemente ou não, quando do uso do ponto-e-vírgula em função do ponto final. Enfim, pela ajuda, cuidado, apoio, incentivo, atenção e carinho que demonstrou ter por mim.

Aos professores Antônio Clarindo, Marinalva Vilar e Regina Coelli (com um carinho muito especial pela grande profissional que é; pela capacidade de motivar e pelo carinho e atenção dispensado a todos que a procuram) que orientaram minhas primeiras incursões no campo da pesquisa e da escrita, emitindo críticas construtivas e válidas, como também indicando caminhos.

Ao meu orientador Benjamin Montenegro por ter aceitado um orientando de última hora ou em cima da hora e ter confiado na minha pesquisa.

Aos demais professores da Unidade Acadêmica de História: Roberval, Luciano, Júnior, Iranílson, Gervácio, Cabral, Rosilene e Alarcon.

As professoras Ireneide e Kátia das unidades acadêmicas de educação e letras respectivamente. Enfim, a todas as pessoas que acreditaram em mim e que contribuíram de alguma forma para que eu chegasse até aqui e realizasse esta pesquisa.

Necessitamos do outro, mesmo que assumindo certo risco, pois de outra forma não teríamos como justificar o que somos, nossas leis, as instituições, as regras, a ética, a moral e a estética de nosso discurso e nossas práticas. Necessitamos do outro para, em síntese, poder nomear a barbárie, a heresia, a mendicidade, etc, para não sermos, nós mesmos, bárbaros, hereges e mendigos.

DUSCHATZKY e SKLIAR, 2001

O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem...

GUIMARÃES ROSA, 2001

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar certo episódio do romance *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa, comumente conhecido e denominado como *juízo de Zé Bebelo*, pensando-o como alegoria de momento singular da história republicana nacional, enquanto substrato empírico e histórico marcado por um arcaísmo situado nas margens opostas da modernidade; de tal forma, buscamos refletir à respeito das convulsões político-institucionais que marcaram a passagem do Império para a República, na qual atraso e modernidade ocupavam seus papéis encarnando respectivamente uma nostálgica ordem imperial e progressiva ordem republicana, acreditando ser possível pensar estas a partir da obra citada. Pretendemos enfim, compreender até que ponto o espaço conformado em *Grande sertão: veredas* apresenta a confrontação entre as dimensões rurais e urbanas que estão em constante e intenso conflito na tentativa de estabelecerem sua identidade. O espaço rural (o sertão) tenta ratificar e fazer prevalecer suas características e seus costumes trazidos de uma recente ordem imperial, enquanto o urbano está em processo de expansão e conseqüente imposição à realidade sertaneja no movimento de afirmação da ordem republicana firmada sob o slogan – Ordem e Progresso. Este mundo é claramente o da República/cidade que enxerga o sertão como espaço do atraso, empecilho a formação de uma nação moderna; por isso mesmo exerce influência sobre o sertão e faz com que essa confrontação das duas realidades espaciais gere uma instabilidade que estará presente em todo o romance marcando a realidade espacial e humana sertaneja.

Palavras-chave: Guimarães Rosa, Grande sertão: veredas, modernidade e atraso, alegoria, Império e República.

SUMÁRIO

Introdução	10
<i>1º Capítulo</i> Sobre Rosa e suas veredas	17
João Guimarães Rosa e os anos 1950	23
Rosa: convergências, fontes, influências	25
Rosa: fronteiras da escrita	29
<i>2º Capítulo</i> O julgamento da nação: veredas de tradição e modernidade no sertão	
rosiano	33
Os viventes, seus avatares	36
Ponteando opostos: o julgamento da nação	47
Considerações finais	59
Referências bibliográficas	62

INTRODUÇÃO

A elaboração de uma pesquisa que se preocupe com o debate sobre a possibilidade da utilização da literatura enquanto objeto de compreensão de eventos históricos, da própria História em si – guardadas às devidas proporções inerentes a cada campo de estudo –, deve-se à idéia de que as relações entre a história e a literatura constituem um campo de investigação que se apresenta de forma expressiva no âmbito da história cultural. Assim, o historiador que passa a ter à sua disposição uma multiplicidade de novas fontes, se depara também com a idéia de como utilizá-las na escrita da história. No caso específico de um curso de licenciatura em que pese a dimensão pedagógica, ou seja, de formação de profissionais para atuar no campo do ensino, trabalhar com fontes literárias, aprendendo a estabelecer certas relações entre a produção destas e o contexto ao qual estão inseridas, se converte em expediente fundamental para ampliar o arsenal de métodos de interação com a realidade disponíveis ao historiador.

O inter-relacionamento entre literatura e história ganha força quando da passagem do século XX para o XXI, tendo o debate sobre as possibilidades de aproximação destas disciplinas adquirido fôlego e centralidade; a maneira de fazer ciência, típica do século XIX com sua ânsia pelo método e pela verdade absoluta, esfacela-se em função do surgimento de novas abordagens do real, que levam em consideração a interface com outras áreas do conhecimento com vistas a abordagens que permitam acessos variados ao real¹.

Entendemos que o evento da interdisciplinaridade auxilia a História, ampliando seu campo de conhecimento enquanto possibilidade de problematizar o passado e o presente, buscando articulações entre idéias e experiências; de tal forma, os historiadores estão inseridos em uma era demarcada por linhas indefinidas e pelo anseio do novo, na busca de um *discurso de vozes compartilhadas* e que, segundo Peter Burke, vive-se

...uma era instigante e, ao mesmo tempo, confusa. Podem-se encontrar referências a Mikhail Bakhtin, Pierre Bourdieu, Fernand Braudel, Nibert Elias, Michel Foucault e Clifford Geertz nos trabalhos de arqueólogos, geógrafos e críticos literários, assim

¹ Cf. MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de; ALVES, Gabriela Santos. *Da Alegria e da angústia de diluir fronteiras: o diálogo entre a História e a Literatura*. Disponível em: www.historia.uff.br/cantareira. ISSN 1677-7794, p. 02. A crise do marxismo e do estruturalismo, as duas concepções teóricas e metodológicas que foram marcantes na segunda metade do século XX, como paradigmas explicativos dos contextos analisados pelos historiadores e cientistas sociais, fez com que se perdessem as certezas, até então inabaláveis, da escrita da História. A complexidade do conhecimento impôs a busca de novos caminhos para o desenvolvimento da pesquisa histórica, caminhos esses nunca definitivos, mas sempre renovados pelos diferentes modos de ver e contar o que se passou.

como de sociólogos e historiadores. O surgimento do discurso compartilhado entre alguns historiadores e sociólogos, alguns arqueólogos e antropólogos, e assim por diante, coincidem com um declínio do discurso comum no âmbito das ciências sociais e humanidades e, a bem da verdade, dentro de cada disciplina².

Portanto, o diálogo entre história e literatura se abre com perspectivas promissoras no auxílio de compreensão da realidade; principalmente se levarmos em consideração o fato de que a literatura é, *além de um fenômeno estético, uma manifestação cultural, reveladora, portanto, do movimento que realiza o homem na sua historicidade, seus anseios e suas visões do mundo*³.

História e Literatura: Aproximações

A produção do conhecimento na contemporaneidade requisita do historiador mudanças metodológicas e de olhar sobre suas fontes, de forma que a história volta-se à olhares produzidos por outros campos do conhecimento no afã de apreender questões que igualmente se colocam múltiplas. O fazer historiográfico se coloca em posição de constante atualização.

Esse processo de repensar práticas e questões na historiografia foi levado a termo principalmente pela Escola dos Annales: movimento intelectual, ocorrido na França a partir de 1929, manteve forte influência interdisciplinar, estabelecendo franco diálogo com outras áreas do conhecimento. Esse diálogo contribuiu para ampliar o campo de leitura da história, possibilitando abordagens diferenciadas. De tal forma a publicação da Revista Annales pelos historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch teve acentuada importância e amplitude no panorama intelectual do século passado que o historiador inglês Peter Burke definiu o movimento como *a revolução francesa da historiografia*⁴.

Interessante pensarmos que não somente a história se aproxima da literatura, como o oposto também se verifica. Os estudos literários contemporâneos revêm suas propostas metodológicas e epistemológicas em prol de um diálogo mais aberto com a história. De um lado, os historiadores aceitam e retomam a narrativa no fazer historiográfico, enquanto de outro, os estudos literários retomam os estudos comparativos levando em consideração a

² BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002, p. 23.

³ MENDONÇA; ALVES. op. cit., p. 03.

⁴ Cf. BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

historicidade dos textos literários. Rastreado o pensamento de Bella Jozef, temos que: *História e ficção partem de um mesmo tronco, são ramos da mesma árvore [...] Ambas são formas de linguagem. Os fatos, na verdade, não falam por si. Só adquirem significado depois de selecionados e interpretados, provocando uma desfamiliarização do cotidiano*⁵.

Durante seu processo de constituição de uma representação a respeito do passado, de posse das fontes ou rastros, o historiador age como articulador, garantindo interpretação e significado aos fatos selecionados; estratégias que mantêm interface com aquelas dos escritores de ficção. Estes escolhem, selecionam, organizam tramas e enredos, bem como, dão especial atenção ao uso e escolha de palavras e conceitos⁶. Seguindo Pesavento, deve-se compreender que o passado para o historiador é também tempo histórico recuperado e reconstruído pela narrativa. De modo que o historiador só pode alcançar a verossimilhança e não a veracidade. Vejamos:

Na reconfiguração de um tempo - nem passado nem presente, mas tempo histórico reconstruído pela narrativa -, face à impossibilidade de repetir a experiência do vivido, os historiadores elaboram versões. Versões plausíveis, possíveis, aproximadas, daquilo que teria se passado um dia. O historiador atinge pois a verossimilhança, não a veracidade. Ora, o verossímil não é a verdade, mas algo que com ela se aparenta. O verossímil é o provável, o que poderia ter sido e que é tomado como tal. Passível de aceitação, portanto⁷.

Selecionar e significar são termos que nos levam as noções de trama e narrativa, entendendo que a história e a literatura estão próximas exatamente porque são construções de sentido acerca da realidade que lançam mão de tramas e narrativas. Guardado o devido respeito às estratégias inerentes a cada área do conhecimento, literatura e história, por caminhos e propostas metodológicas distintas, elaboram suas narrativas e constroem suas tramas de modo a produzir textos representativos de suas percepções de mundo⁸.

O historiador Paul Veyne, na obra *Como se escreve a história*⁹, argumenta que a história – que recupera o passado questionando as fontes – é um romance verdadeiro, e que o historiador age como romancista, construindo subjetivamente uma trama e um enredo. Cabe,

⁵ JOSEF, Bella. *História da literatura hispano-americana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005, p. 35.

⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & literatura: uma velha-nova história*. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Debates, 2006. <http://nuevomundo.reuves.org/index1560.html>. Acesso: 09 de maio de 2008. Não paginado.

⁷ *Ibid.*, não paginado.

⁸ SILVA, Cristiano Cezar Gomes da. *Entre a História e a Literatura: as múltiplas letras, os múltiplos tempos, os múltiplos olhares em Graciliano Ramos*. In **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2007 Vol. 4 Ano IV nº 4, ISSN: 1807-6971, pág.4.

⁹ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4. ed. ver. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora da UnB, 1998.

portanto, a este estabelecer significados e relações entre as séries de documentos, segundo sua subjetividade (motivações e interesses).

No mesmo sentido de entendimento da história como representação acerca do acontecimento, Hayden White assevera que não admite tomar a porção de ficcionalidade da história como elemento que torna este discurso destituído de valor; ao contrário, significa admitir que toda forma de conhecimento contém elementos de imaginação e ficção, compreendendo a literatura não como elemento avesso, mas antes, seu contribuinte. Dessa forma, propõe uma reavaliação a respeito das relações do historiador com o passado. Segundo White, o [...] *historiador contemporâneo precisa estabelecer o valor do estudo do passado, não como um fim em si, mas como um meio de fornecer perspectivas sobre o presente que contribuam para a solução dos problemas peculiares ao nosso tempo*¹⁰.

Portanto, o historiador se aproxima de realidades passadas, agrupando e recuperando em seu texto que seleciona, oferece significado e compõe evidências e provas, na busca da verossimilhança dos eventos e/ou fatos. Sendo sua tarefa sempre a de representação daquela temporalidade. Sem a pretensão, nem a pressão por uma mimesis da realidade, *a literatura e a história constituem-se como formas de ver o mundo, gestos de leitura, gestos de interpretação e, por fim, gestos de escritura das significações que damos ao mundo em nossa volta*¹¹.

Nos propomos nesta pesquisa a aceitar a interdisciplinaridade, intervindo nas delicadas fronteiras da literatura com a história, reconhecendo com isto, a capacidade de representação da realidade contida no discurso literário; contudo, não nos interessa aqui precisar qualquer domínio entre literatura e história, mas sim precisar o lugar de onde se formulam as questões. As relações entre a história e a literatura se inserem num movimento mais amplo e expressivo denominado *História Cultural*. Segundo esta linha de pesquisa histórica, a relação entre história e literatura ocorre segundo aproximações e distanciamentos, pois que, ambas constituem formas de dizer o mundo.

A história cultural se estende por vasto território, parecendo alcançar uma totalidade temática. Aceitar e lançar mão desta polissemia de discursos e linguagens não quer dizer em absoluto que o historiador abandone seu campo em proveito de outro ou que pretenda ostentar

¹⁰ Ibid., p. 53.

¹¹ SILVA, 2007, op. cit., p.05.

formações distintas, ansiando tornar-se um *expert* em múltiplas áreas, isso nos diz Sandra Jatahy Pesavento:

...é impossível, contemporaneamente, para a história cultural, ignorar o poder de “**dizer o mundo**” da literatura e da poesia, por um lado e, da pintura, da fotografia, do cinema, da história em quadrinhos e da arquitetura, de outro, isto sem falar no teatro, esta forma privilegiada de dar a ver e a ler, através do texto, da fala e do corpo, ou ainda da música, a compor um registro fino de sensibilidade sobre o real¹².

Ao passo em que este é um trabalho de interpretação, literária, tomamos para análise, o romance *Grande Sertão: Veredas* de João Guimarães Rosa, publicado em 1956. Publicado no primeiro ano do governo Kubitschek, assim como *Corpo de baile*¹³, *Grande sertão: veredas* foi redigido após a viagem pelo sertão mineiro que Guimarães Rosa realizou em maio de 1952, acompanhando um grupo de vaqueiros. *As observações sobre a fala, os costumes, a fauna e a flora locais, que trouxe anotadas em cadernetas, toda aquela experiência somou-se às que já obtivera em duas ocasiões anteriores – o período em que atuou como médico no interior de Minas Gerais e uma outra excursão pela região feita em dezembro de 1945*¹⁴. A datação desses episódios biográficos, durante os quais o escritor se alimentou, na fonte, da matéria sertaneja que informa seu universo ficcional, corrobora uma constatação de Luiz Roncari: *o romance de 1956 integra um projeto literário que vai se encorpando durante o período do desenvolvimentismo getulista, tendo começado a evidenciar-se em 1937, com a primeira versão de Sagarana*¹⁵.

Grande Sertão: Veredas é um texto essencialmente calcado no espaço, o que é percebido de saída, no seu título que apresenta essa perspectiva de olhar a ser direcionado à obra. A presença do espaço no romance, principalmente em sua relação de ambivalência entre o urbano e o rural, pode indicar que as travessias de Riobaldo pelo sertão configuram uma espécie de retrato do Brasil, no processo de sua formação e constituição nacional. Ao escrever *GSV*, Rosa está inserido e se insere em contextos históricos que não merecem ser menosprezados – pelo menos – nesta análise. Rosa situa *GSV* no período da República Velha,

¹² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Apresentação do dossiê “História Cultural & Multidisciplinaridade”*. In *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2007 Vol. 4 Ano IV nº 4, ISSN: 1807-6971, pág. 3.

¹³ Conjunto de livros publicados por Rosa no mesmo ano de *Grande Sertão: Veredas*. *Corpo de baile* é composto por três obras: *No Urubuquaquá*, *no Pinhém*; *Noites do Sertão e Manuelzão e Miguilim*. Originalmente publicados em edição única, atualmente são comercializados em edições distintas pela editora Nova Fronteira.

¹⁴ RONCARI, Luiz. *O Brasil de Rosa: mito e história no universo rosiano: o amor e o poder*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 13.

onde não se pode ignorar as tentativas de processos de modernização ocorridos nesse período, principalmente no Rio de Janeiro com sua reconstrução.

De toda forma, é muito comum Rosa ser visto como um autor apolítico, o que fez com que fosse criticado por essa postura, o que fica claro em sua entrevista a Günter Lorenz¹⁶, quando parece não querer se envolver nesse tipo de discussão, chegando a encaminhar a conversa para assuntos menos politizados e relacionados mais com aspectos místicos. É essa postura que auxilia este viés mais comum de trabalho com sua obra, e parece, um recurso de auto-estilização de sua imagem como tal. Assim, temos um breve quadro da possibilidade de contexto do trabalho, em relação a perspectivas de análise do espaço literário, com o horizonte da situação de escrita da obra, que conjuntamente nos servem de chaves interpretativas, nos abrindo as portas para esta leitura do romance.

O que parece possível perceber nas interpretações produzidas à respeito da obra de Guimarães Rosa é que estas se dividem em três grandes correntes – se assim posso chamá-las – temáticas. Uma, mais baseada na experiência do autor e nos seus vínculos com a tradição literária brasileira, na qual ele retoma os temas do jagunço, do sertão e da grande propriedade agrária; outra fundada em extensa leitura e erudição literária e filosófica, considerando a dimensão simbólica, universal e mítica das obras. Por fim, os estudos de lingüística que tentam desvendar os mistérios da linguagem criada e recriada no texto de Rosa.

O que nos parece provável enquanto espaço para colocação de um problema, diz respeito a dimensão de alegoria presente em *GSV*; dimensão pouco apreciada e referida pela crítica, tem nos trabalhos de Luiz Roncari¹⁷ sua expressão mais elaborada. A partir da interpretação de um dos eventos mais importantes da obra – um *Tribunal* no seio do *Sertão* – buscamos refletir à respeito das convulsões político-institucionais que marcaram a passagem do Império para a República, na qual atraso e modernidade ocupavam seus papéis encarnando respectivamente uma nostálgica ordem imperial e progressa ordem republicana.

Pretendemos enfim, compreender até que ponto o espaço conformado em *GSV* apresenta a confrontação entre as dimensões rurais e urbanas que estão em constante e intenso conflito na tentativa de estabelecerem sua identidade. O espaço rural (o sertão) tenta ratificar e fazer prevalecer suas características e seus costumes trazidos de uma recente ordem imperial, enquanto o urbano está em processo de expansão e conseqüente imposição à realidade sertaneja no movimento de afirmação da ordem republicana firmada sob o slogan – Ordem e

¹⁶ Cf LORENZ, G. W. **Diálogo com a América Latina: panorama de uma Literatura do Futuro**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1973.

¹⁷ Cf RONCARI, op. cit.

Progresso –, como nas próprias palavras de Riobaldo: “*Agora, o mundo quer ficar sem sertão*” (Grande Sertão: Veredas). Este mundo é claramente o da República/cidade que enxerga o sertão como espaço do atraso, empecilho a formação de uma nação moderna; por isso mesmo exerce influência sobre o sertão e faz com que essa confrontação das duas realidades espaciais gere uma instabilidade que estará presente em todo o romance marcando a realidade espacial e humana sertaneja.

1º Capítulo

SOBRE ROSA E SUAS VEREDAS

Haveria uma verdade aparentemente inventada — a da ficção — parecendo independente da histórica, mas, de fato, verdade histórica, a qual, solta no ar — no ar psíquico — a sensibilidade ou a imaginação de algum novelista, mais concentrado na sua procura de assunto e de personagens, a apreendesse por um processo metapsíquico ainda desconhecido?

Guimarães Rosa

O criador de *Grande Sertão: Veredas* (1956) já antecipava em entrevista a seu tradutor alemão¹⁸ *que escrevendo, repetia o que já vivera antes, e que para aquelas duas vidas, um léxico só não seria suficiente*. Tinha razão. Ler rosa é vivê-lo e vê-lo em outras tantas vozes e encarnações, na medida em que viveu como compôs sua obra: contando e vivendo estórias.

Já em sua obra de estréia, a experiência formal, característica apontada como revolucionária por seus críticos, põem-se em relevo. Avolumam das páginas de Sagarana (*Saga* ou *lenda* + indígena, *rana*), publicado em 1946, intenso poder de referencialização do real, aliado que estava a tão numerosa multiplicidade de timbres, ritmos e acordes, que a crítica, num primeiro lance de abordagem, não deixaria passar ileso a força da narrativa ficcional de Guimarães Rosa. Estupefação que encontra respaldo visto que num primeiro momento a obra deste fora incompreendida ou talvez não bem aceita, como no caso do concurso literário ao qual Sagarana fora submetida (perdendo para Luís Jardim), em que um dos jurados, um certo Graciliano Ramos, temperamento seco, oposto ao de Guimarães Rosa, não teve a percepção da grandeza roseana, mostrando quanto os concursos estão sujeitos mais ao gosto dos jurados que das obras concorrentes. Pergunto: não havia acontecido o mesmo a Fernando Pessoa, com *Mensagem*¹⁹?

¹⁸ Cf LORENZ, Günter. *Diálogo com Guimarães Rosa*. In **Guimarães Rosa** / coletânea organizada por Eduardo F. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. (Coleção **Fortuna Crítica**; v. 6).

¹⁹ *Mensagem*, coletânea de poemas de Fernando Pessoa foi publicada em 1934 com o pretexto de concorrer a um prêmio literário concedido pelo governo português. Havia um ano que Salazar estava no poder e tinha instituído

Viator, pseudônimo utilizado por Rosa quando da disputa do concurso literário Humberto de Campos em 1938, apresenta seu volume intitulado *Contos*; 500 páginas, com uma boa dúzia de contos longos. Embora trabalho sério, revelando grandes momentos discursivos, apresentava ainda alguns trechos disformes que necessitavam ser retrabalhados. Graciliano Ramos, experiente leitor, enjoou-se de certas passagens tomando isso como elemento decisório, quando no momento final votou o prêmio a outro livro, este nada empolgante, porém correto do começo ao fim. O Prêmio Humberto de Campos foi para Maria Perigosa, de Luís Jardim. E o escritor Graciliano Ramos, o tal do jurado, foi quem praticamente decidiu: defendeu seu veto a Viator bem na final com Luís Jardim, quando os dois volumes estavam lado a lado na banca final ao prêmio. De toda forma, o talento mostrado por aquele tal de Viator ficara a lhe ressoar por algum tempo...²⁰

Tempos depois, em 1946, Graciliano vê-se as voltas idos com um livro de contos intitulado Sagarana, de um certo Guimarães Rosa. Para sua surpresa e deleite, personagens que figuravam importantes na sua memória ressurgiam ali naquela obra, mas não sobre a autoria daquele Viator. Lalino Salathiel (do conto A Volta do Marido Pródigo) e a figura irrepreensível de Joãozinho Bem Bem (em A Hora e a Vez de Augusto Matraga) eram agora deste certo João. O que mais chamara a atenção de Graciliano naquele instante é que os ajustes vislumbrados para o livro na época do concurso constavam quase que mimeticamente nestes contos. *O médico mineiro achara sua escrita macerando pedaço a pedaço aqueles contos, com lentidão bovina. Viator não se perdera, amadurecera. Suas linhas demonstravam inescrupuloso zelo com a língua, inventividade, e o significado de seus textos alcançava a*

o *Estado Novo*, contexto político no qual a obra foi finalizada. Ao passo que finaliza a *Mensagem*, Pessoa produzia o prefácio do livro *Quinto Império* do então amigo Augusto Ferreira Gomes, este pertencia, como Antônio Ferro e outros amigos de Pessoa, ao grupo intelectual salazarista e, é esse núcleo de amigos que convence o poeta a participar com *Mensagem* do então nascente prêmio *Antero de Quental* oferecido pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) ao melhor livro de poesia nacionalista. Os amigos de Pessoa não tinham dúvidas sobre a conquista do prêmio por *Mensagem*, porém o final dessa história é no mínimo lamentável. Tomando como justificativa a ausência - em *Mensagem* - do número de páginas exigido pelo regulamento do prêmio, o SPN concedeu a conquista do primeiro lugar ao livro *Romaria* do padre franciscano Vasco Reis com o seu conteúdo composto de quadras que exaltavam para além da nacionalidade a religiosidade cristã-católica. (BRÉCHON, Robert. **Estranho Estrangeiro: uma biografia de Fernando Pessoa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999) Observa-se de imediato a intenção dos julgadores do prêmio, visto que o livro de Pessoa bem trabalhado e articulado a partir de uma poesia reflexiva não se encaixava na lógica da “alienação” salazarista, esta pautada em um discurso nacionalista-cristão de fácil compreensão e acesso. Em seguida, o SPN divulgou nota dando a *Mensagem* o prêmio de “segunda categoria” em face de alto teor nacionalista. Mediante a consciência da injustiça cometida pelo júri, Antônio Ferro criou ainda para essa “segunda categoria” uma premiação em dinheiro para compensar a injustiça feita. A resposta que o tempo deu a essa questão foi pragmática, *Mensagem* tornou-se um verdadeiro clássico da literatura portuguesa e europeia e a *Romaria* do padre Vasco Reis caiu no esquecimento.

²⁰ Cf MEIGUINS, Alessandro. *O universo de Guimarães Rosa*. **Revista Vida Simples**. Abril. Edição 38/fevereiro de 2006.

*alma humana com perceptível profundidade*²¹. Reinventar a linguagem, mais do que isso, Guimarães Rosa ofereceu vida própria às palavras. *Tudo porque emprestou às suas escritas sobre as paisagens, lendas e seres do sertão a transcendência que trazia em seu coração.*

Feito este prelúdio ao aparecimento do escritor mineiro, passemos ao corpo da estória que envolve a aparição deste certo João na história de nossas letras. No ano de 1967, a literatura brasileira despede-se de um dos maiores *invencionistas* da linguagem, subversor da sintaxe tradicional, por fim, assumidamente contador de estórias. *Tão poderoso como espírito criador, em matéria de temperamento era um sensível, um emotivo*²². E foi justamente a emoção que o matou. Havia quatro anos delongava a posse na Academia Brasileira de Letras, imaginando a emoção que aquela poderia causar-lhe. Misticismos a parte, três dias depois dessa posse, quando se encontrava sozinho em casa, na mesa do trabalho, às oito e meia da noite, paralisa-se-lhe o coração. Após a morte de Rosa (com apenas 59 anos), *Um Chamado João*, poema de Carlos Drummond de Andrade traduz a sensação, não de perda, mas de dúvida em saber se aquela personalidade mística e afastada haveria sido o real existindo ou luminosidade intermitente tal qual um vaga-lume: *Ficamos sem saber o que era João e se João existiu de se pegar*²³.

Um dia após o fatídico acontecimento o vespertino paulista **Jornal da Tarde** abre sua edição de noticiou de 20 de novembro, segunda-feira, oferecendo a primeira página aquele que tantas vezes escreveu-nos páginas eternas. Notícia assim o falecimento de João Guimarães Rosa:

João Guimarães Rosa, mineiro de Cordisburgo, 59 anos, autor de Grande Sertão: Veredas, com obras publicadas em doze países, candidato ao Prêmio Nobel – segundo a crítica, o maior escritor brasileiro contemporâneo – morreu ontem no Rio, de enfarte. Quinta-feira passada, ao tomar posse na Academia Brasileira de Letras, disse: as pessoas não morrem, ficam encantadas²⁴.

Se Guimarães Rosa veio a se tornar mais conhecido como escritor, ocuparam-no todavia outras profissões.

João Guimarães Rosa nasceu em Cordisburgo, em 27 de junho de 1908. Joãozito (seu apelido de infância) teve uma infância recheada de estórias, reais ou não. Primeiro dos seis

²¹ Ibid.

²² PEREZ, Renard. *Perfil de João Guimarães Rosa*. In **Em Memória de João Guimarães Rosa**. Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1968, pág. 24.

²³ Cf ANDRADE, Carlos Drummond de. *Um chamado João*. In **Em Memória de João Guimarães Rosa**. Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1968, pgs. 13-16.

²⁴ Apud PEREZ, op. cit., p. 22.

filhos de dona Francisca Guimarães Rosa e de seu Florduardo Pinto Rosa, “seu Fulô”, dono de *venda* e contador de causos conhecido na região. Causos, estórias que viriam a povoar a imaginação daquele menino. Nos primeiros anos da década de 20 na recém inaugurada República, o pequeno João absorvia intensamente o que produzia de mágico o sertão – suas lendas e estórias, seus bichos e homens –, tendo desde cedo intimidade e habilidade no manejo da língua. Comprovação desta predileção é o fato de já aos seis anos lia em francês.

Depois de ter aprendido as primeiras letras em sua cidade natal, Cordisburgo (estado de Minas Gerais), cidade situada entre Curvelo e Sete Lagoas – zona de fazendas e engordas de gado –, Guimarães Rosa teve que deixá-la e mudou-se para Belo Horizonte no ano de 1918 em função de ter acesso a uma educação formal. Formou-se em medicina com o intuito de *aprender rapidamente a estancar o fluxo do sofrimento humano*²⁵, como explica Vilma Guimarães Rosa, sua filha; trabalhou durante dois anos num povoado no município de Itaúna em Minas Gerais, onde apreende a essência dos homens da terra e assimila a linguagem singular dos habitantes locais. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, foi médico voluntário da Força Pública²⁶ rebelando-se contra o governo federal, integrando em seguida seus quadros. Nesse meio tempo, quando dedicava-se a atividade de médico no afã de por fim às dores e aos males do mundo numa cidade que não dispunha ao menos de energia elétrica, Rosa constitui família, casando-se em 1930 com Lígia Cabral Penna. Com ela, tem duas filhas: Vilma e Agnes.

Grande parte do tempo de que dispunha era destinado a leitura e ao estudo de novas línguas: *acho que estudar o espírito e o mecanismo de outras línguas ajuda muito à compreensão mais profunda do idioma nacional. Principalmente, porém, estudando-se por divertimento, gosto e distração*²⁷. Preferia o convívio dos livros ao convívio social.

Sua estréia nas letras se deu em 1929, ainda como estudante. Escreveu quatro contos: *Caçador de camurças*, *Chronos Kai Anagke* (título grego, significando *Tempo e Destino*), *O mistério de Highmore Hall* e *Makiné* para um concurso promovido pela revista *O Cruzeiro*. Todos os contos foram premiados e publicados com ilustrações em 1929-1930, alcançando o autor seu objetivo, que era o de ganhar a recompensa nada desprezível de cem contos de réis. Chegou a confessar, depois, que nessa época escrevia friamente, sem paixão, preso a modelos

²⁵ Cf ROSA, Vilma Guimarães. **Relembraimentos: João Guimarães Rosa, Meu Pai**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

²⁶ Na corporação militar reencontrou outro oficial-médico, Juscelino Kubitschek de Oliveira, futuro presidente da República, que conhecera quando ambos estagiavam na Santa Casa de Belo Horizonte e ao qual, muitos anos mais tarde, em 1958, deveria sua promoção a embaixador.

²⁷ LORENZ, 1983, op. cit., p.

alheios²⁸. A saber, estes quatro contos do início da trajetória de Guimarães Rosa revelam outro escritor, marcado por intensos paralelos com a literatura de um certo Edgar Allan Poe²⁹.

O tempo uma vez mais seria imprescindível para Guimarães Rosa, na medida em que lhe mostrara sua inaptidão para a medicina, pois que, como declara sua filha Vilma, o autor era um sensível. Não tendo recursos médicos para salvar todos seus pacientes, sofria como se a dor fosse infringida a si mesmo. Então, ficara evidente sua falta de tato para a prática médica, conforme ele próprio confidenciou em carta datada de 20 de março de 1934 a um colega de profissão, Dr. Pedro Moreira Barbosa³⁰:

Não nasci para isso, penso. Não é esta, digo como dizia Don Juan, sempre 'après avoir couché avec...' Primeiramente, repugna-me qualquer trabalho material só posso agir satisfeito no terreno das teorias, dos textos, do raciocínio puro, dos subjetivismos. Sou um jogador de xadrez, nunca pude, por exemplo, com o bilhar ou com o futebol.

Guimarães Rosa ingressou na carreira diplomática aos 26 anos nomeado que foi cônsul de terceira classe do Itamaraty, passando, a partir de 1938, a viver em cidades como Paris, Hamburgo e Bogotá. A carreira diplomática faz Rosa afastar-se por algum tempo das letras, convertendo o cidadão sertanejo em cidadão do mundo³¹.

A carreira de diplomata, como de costume, levou o escritor a constantes e intensos deslocamentos pelo mundo. Enquanto cônsul-adjunto em Hamburgo em 1938, aproveita a oportunidade da estada no exterior para viajar pela Europa. Quando da Segunda Guerra, é internado por quatro meses em 1942, em Baden-Baden em função do rompimento de relações com a Alemanha. Durante o período em que a guerra durou, por várias vezes escapou da morte; ao voltar para casa, uma noite, só encontrou escombros. *A superstição e o misticismo acompanhariam o escritor por toda a vida. Ele acreditava na força da lua, respeitava curandeiros, feiticeiros, a umbanda, a quimbanda e o kardecismo*³².

Diplomata por natureza e intuitivo, sabia como ninguém lidar com diferentes tipos de pessoas. E enfrentar situações delicadas. Como cônsul-adjunto em Hamburgo, enfrentou os nazistas e salvou inúmeras vidas da morte certa. Ajudou Aracy de Carvalho – sua segunda

²⁸ Cf João Guimarães Rosa: Sua HORA. Disponível em www.medicina.ufmg.br/cememor/pub.htm.

²⁹ Cf COSTA, Cristiane. *Do global para o local*. Revista Nossa História. Editora Vera Cruz: Ano 2, nº 22, agosto de 2005. Pág. 76-79.

³⁰ ROSA, op. cit., pág. 79.

³¹ Sobre a carreira diplomática de João Guimarães Rosa Cf. ARAÚJO, Heloisa Vilhena de. **Guimarães Rosa: Diplomata**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1987.

³² **Dossiê Guimarães Rosa**, p. 08. Publicado pela Fundação Guimarães Rosa. Disponível em: <http://www.medicina.ufmg.br/cememor/grosa.htm>.

esposa – a esconder muitos judeus, e obteve documentos falsos para famílias inteiras que com isso conseguiram deixar a Alemanha passando calmamente pela alfândega, fingindo não serem judeus³³. Quando questionado em entrevista a respeito dos motivos que o levaram a arriscar-se de tal forma, Guimarães Rosa sai-se assim: *um diplomata é um sonhador e por isso pude exercer bem essa profissão. O diplomata acredita que pode remediar o que os políticos arruinaram. Por isso agi daquela forma e não de outra*³⁴.

A partir de 1946 a carreira diplomática de Guimarães Rosa consolida-se, na medida em que neste mesmo ano é nomeado chefe de gabinete do ministro João Neves da Fontoura, com o qual desenvolveu calorosa amizade e sucedeu na Academia Brasileira de Letras. Viaja para vários países como representante do país em conferências diplomáticas. Em 1951, ainda como embaixador em Paris, alcança o cargo de ministro de segunda classe, ao lado de João Neves da Fontoura, no Rio de Janeiro.

Em janeiro de 1956, reaparece no espaço literário com as novelas de *Corpo de Baile*³⁵. A partir de *Corpo de Baile*, obra que mantém estreito paralelo com os motivos de *Sagarana*, sendo quase como uma continuação da mesma, a obra de Rosa adquire dimensões universalistas, cujo ápice artístico é atingido em *Grande Sertão: Veredas*, lançado no mesmo ano³⁶. *Grande Sertão* se ocupa em captar exatamente aquilo que está indicado em seu título, porém, garantindo forjadura a uma nova dimensão do universo sertanejo; o ambiente e a gente rude do sertão mineiro são apreendidos por dentro, com fala própria e direito a subjetividades historicamente recusadas dentro de uma imagem criada para o espaço do sertão. Antonio Candido sintetiza a obra: *Nela, há de tudo para quem souber ler, e nela tudo é forte, belo, impecavelmente realizado. Cada um poderá abordá-la a seu gosto, conforme o seu ofício: mas em cada aspecto aparecerá o traço fundamental do autor: a absoluta confiança na capacidade de inventar*³⁷.

Nos anos posteriores a publicação de *Corpo de Baile* e *Grande Sertão: Veredas* Guimarães Rosa passa a figurar como o criador de um regionalismo moderno, *passando a ser considerado uma aparição inédita no panorama da literatura. Juntamente com Clarice Lispector e João Cabral de Melo Neto, Rosa passa a integrar o grupo considerado como dos*

³³ MEIGUINS, 2006, op. cit., não paginado.

³⁴ LORENZ, 1983, op. cit., p. 77.

³⁵ Inicialmente lançado em dois volumes, *Corpo de Baile* é um conjunto de sete novelas, lançado em 1956; posteriormente editado em três volumes de títulos distintos – *Manuelzão e Miguilim*; *No Urubuquaquá, no Pinhém*; *Noites do Sertão*.

³⁶ Cf **Dossiê Guimarães Rosa**. Disponível em: <http://www.medicina.ufmg.br/cememor/grosa.htm>.

³⁷ CANDIDO, Antônio. “O homem dos avessos”. IN **Tese e Antítese**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006, p. 111.

*melhores romancistas da terceira geração modernista brasileira*³⁸. Sucesso editorial no Brasil e no exterior, suas obras despertam todo gênero de reação seja do público leigo ou da crítica: da paixão súbita a aversão sumária.

No ano de 1962 é lançado *Primeiras Estórias*, outro livro de contos. No conteúdo, a poesia e a pesquisa formal que despertaram a atenção da crítica e do público. Ainda dentro da década de 60, precisamente em 1967, publica seu último livro, também uma coletânea de contos, *Tutaméia*. Nova efervescência no meio literário, novo êxito de público. *Tutaméia* obra aparentemente mística, divide a crítica. Uns vêem o livro como *a bomba atômica da literatura brasileira*; outros consideram que em suas páginas encontra-se a *chave estilística da obra de Guimarães Rosa, um resumo didático de sua criação*³⁹.

Tarde o início de sua escrita – só começou a escrever aos 38 anos –, prematuro o seu findar – quando morreu tinha 59 anos, o universo regional-universal de Guimarães Rosa alcançou fronteiras indistintas no mundo; tanto que em 1967, o escritor seria indicado para o prêmio Nobel de Literatura. Tinha-se dedicado à medicina e à diplomacia, porém, de forma constante e intensa às suas crenças, que transpiram em suas obras literárias. Visto como renovação no romance brasileiro em função de sua técnica e experimentos lingüísticos, Rosa marcou sua posição não apenas no cenário literário nacional, como também no cenário mundial.

JOÃO GUIMARÃES ROSA E OS ANOS 1950

Terminada a segunda guerra mundial, a consciência liberal e democrática satisfeita por abaixo os regimes autoritários – em especial Estado Novo – vislumbram novo caminho à nação desejosa da sua modernidade: o desenvolvimentismo. O projeto desenvolvimentista almejava superar o Brasil periférico e arcaico em proveito de um progressismo levado a cabo pela industrialização, urbanização e tecnologia. Portanto, o par de opostos que passa a dominar os debates no Brasil denomina-se atraso/progresso.

No auge da disparada pela industrialização e modernização nacional, transpondo o arcaico e alcançando o moderno, lá pelos fins da década de 50, a integração Brasil -

³⁸ Cf PEREZ, op. cit., pág. 33.

³⁹ Apud PEREZ, op. cit., pág. 35.

Imperialismo produzia arremedos de resistência, como o nacionalismo desenvolvimentista erigido pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros)⁴⁰: ideologia conciliante e ineficaz, pois tendia a imitar os males que a fizeram nascer, do gigantismo industrial e burocrático. Esperava-se o arranque salvador que nos levaria a uma infra-estrutura nacional sem passar pelo inconveniente do Estado opressor. Nada que futuramente fosse realizável; pelo avessos, tivemos sim outro estado de coisas: um desenvolvimento cego que nos levou – a revelia dos liberais – à outro estado autoritário⁴¹. *Este é o ponto: a consciência, que é a fratura, o mal-estar, a negatividade da História; a consciência que dá o sentido da realidade e a esperança de sua superação, sempre vem depois*⁴².

O duplo processo de industrialização e urbanização iniciado em 1930 encontrá na década de 50, quando da eleição e posse de Getúlio Vargas, espaço privilegiado para sua ampliação e aprofundamento, consolidando, portanto, um novo ciclo de rápidas e importantes transformações. Transformações estas que agregam o esforço de erguer um Estado moderno no Brasil passando pela alteração do ultrapassado perfil agrário-exportador da sociedade brasileira. Contudo, tais perspectivas não se traduziram em grandes avanços para fazer frente ao quadro de extraordinária desigualdade que caracterizava o país; entretanto, esse foi um tempo de crença generalizada *em um futuro glorioso, no qual desenvolvimento econômico e democracia política poderiam e iriam conviver*⁴³ assim como foi uma época de um sentimento que *faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma nação moderna*⁴⁴.

Ao lado dos aspectos materiais, ligados à tentativa de uma nação periférica de barganhar a reformulação de sua relação de dependência, devemos considerar os fatores políticos-sociais internos. Os anos 50 constituem a década da emergência das massas populares e segmentos médios no quadro de um regime democrático-liberal e de uma sociedade em acelerada urbanização. Esta base social ampliada, à qual é necessário

⁴⁰ Os intelectuais que compunham o ISEB tinham como base a proposta de um desenvolvimento industrial autônomo, apoiado por uma frente única que, formada pela burguesia, pelo proletariado, por técnicos e intelectuais, passava por cima das diferenças internas da sociedade brasileira (VASCONCELOS, Sandra Guardini T. *Vozes do centro e da periferia*. In **A poética migrante de Guimarães Rosa**/Marli de Oliveira Fantini Scarpelli (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 387).

⁴¹ Cf BOSI, Alfredo. *Um testemunho do presente*. In **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1975): Pontos de partida para uma revisão histórica**. 8ª ed., São Paulo, Editora Ática, 1994.

⁴² *Ibid.*, pág. IV.

⁴³ GOMES, Ângela de Castro. *A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado*. In SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4, pág. 550.

⁴⁴ MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. In SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4, pág. 550.

acrescentar uma articulada burguesia nativa (ligada sobretudo à produção de bens de consumo popular), dará razão de ser ao nacionalismo, que a partir de 1951 constitui uma espécie de ideologia oficial do populismo brasileiro. O nacionalismo agregava ao Estado maior legitimação enquanto representação dos interesses coletivos, coroando certos interesses convergentes entre operariado e este setor da burguesia brasileira⁴⁵.

São esses impasses e tensões – que ganham corpo dentro do contexto do final da Segunda Guerra Mundial – que perpassam a mente do nosso escritor quando da escrituração do romance *Grande Sertão: Veredas*. O caráter conservador do processo de modernização empreendido por Getúlio Vargas na década de 50 oferece lastro e mote à Guimarães Rosa e ao seu *Grande Sertão*.

ROSA: CONVERGÊNCIAS, FONTES, INFLUÊNCIAS...

Tudo seria absolutamente pertinente para que se pudesse entender o momento histórico que abrigou esse grande escritor. Mas nada, nem mesmo os movimentos literários, ajudariam a entender a obra desse criador de linguagens. No caso do autor de *Grande Sertão: veredas*, fica um pouco difícil, senão impossível, estabelecer relações claras entre textos, época e tendências. Por ser um escritor dedicado às narrativas que têm por objetivo o homem, no caso o homem de um sertão que extrapola os limites geográficos brasileiros (...) Guimarães escapa totalmente às linhas mestras de sua época.⁴⁶

Fica evidente no trecho citado acima, a idéia de que a obra de João Guimarães Rosa não se adequa a nada que tenha sido produzido num passado ou presente literário. Rosa não pertence a nenhum sistema, tampouco processo histórico; todavia, segundo essa perspectiva, a suposta genialidade do escritor gozaria de um caráter de auto-suficiência, como se nada devesse aos criadores que o precederam ou que lhe são contemporâneos.

Percebendo a recorrência de tais posturas, bem como adotando postura enunciativa do contrário, ou seja, interessa-nos, no ponto em que estamos desenvolvendo, encarar a literatura do escritor mineiro fora do contexto em que é singular e inédita; a revelia disso, busca-se encontrar traços de relações literárias e ideológicas, permitindo atestar influências e fontes.

⁴⁵ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964)*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 37, 1994, pág. 31.

⁴⁶ ROSA, João Guimarães. *Guimarães Rosa*. São Paulo: Abril Educação, 1982, p. 82 (série Literatura Comentada).

Portanto, a revelia das proposituras críticas, tanto no campo da teoria literária como na historiografia, de isolar o escritor em relação ao seu contexto histórico e social, entendemos que Guimarães Rosa age em perspectiva *transculturadora*⁴⁷ articulando o contexto histórico em que se situa com as prioridades estéticas que lhe são próprias, estabelecendo interfaces dinâmicas com a arte e a realidade de sua época. As formulações do crítico uruguaio Àngel Rama sobre os processos de transculturação narrativa nos esclarece a questão:

...esses criadores, ao presentirem o desmantelamento das culturas regionais donde provinham, ameaçadas pela avalanche vanguardista irradiada pelas metrópoles de seus respectivos países, esforçaram-se no sentido de construir um corpus literário no qual as duas tendências culturais fossem efetivamente integradas. Tal prática evitaria, por um lado, o desaparecimento ou a minimização das manifestações culturais provenientes de culturas isoladas dos centros modernizadores e, por outro, poria a literatura latino-americana em dia com as aventuras estéticas provenientes de além-mar⁴⁸.

A publicação de *Grande Sertão: Veredas* em 1956 coloca em evidência a exaustão da estética regionalista, sendo, de tal forma encarado como revolucionário e único no período. Revolucionário talvez na forma, na estética própria do romance, mas não no conteúdo, que “era o mesmo” do romance regionalista de 30. Entretanto, atenções voltadas exclusivamente as questões estéticas e formais da obra de Rosa, fizeram-no por muito tempo um escritor reconhecidamente não engajado, *ao contrário da maioria dos grandes escritores contemporâneos*⁴⁹.

Destoando do que parte da crítica contemporânea à publicação de suas obras colocava, Guimarães Rosa preocupou-se com questões sociais, podendo sim ser reconhecido como escritor engajado, embora esta não fosse sua marca. Estas aparecem ao longo de seu texto, seja de forma implícita ou explícita aos desmandos e a miséria desencadeados pelo evento do coronelismo no sertão.

⁴⁷ Durante o processo de transculturação, ainda segundo acepções de Àngel Rama, observam-se destruições, absorções e afirmações de valores e elementos em ambas as culturas envolvidas. É exatamente nessa perspectiva que se encaixa, segundo Bronislaw Malinowski, a transculturação, implicando em um processo em que ambas as partes da equação são modificadas; “um processo no qual emerge uma nova realidade, composta e complexa, uma realidade que não é uma aglomeração mecânica de caracteres, nem sequer um mosaico, mas um fenômeno novo.” (Apud BRANCO, Ana Lúcia. *Discurso transculturador: uma travessia inconclusa a respeito da transculturação em Grande Sertão: Veredas de Guimarães Rosa*. Rev. Travessias, n. 1, p. 5. Disponível em: www.unioeste.br/travessias).

⁴⁸ RADUY, Ygor. *Apontamentos sobre Guimarães Rosa e a Prática Historiográfica: Desenraizamento e Sacralização. Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários*. Volume 7 (2006) – 70-80. ISSN 1678-2054, pág. 73.

⁴⁹ OLIVEIRA, Franklin de. *Guimarães Rosa*. In COUTINHO, Afrânio. (Org.). *A Literatura no Brasil*. São Paulo: Global, 2004, vol. 5, pág. 482.

Afirmando nossa posição, tomamos de empréstimo a propositura de Engels, segundo a qual, na obra de arte *a mensagem revolucionária deve emergir da situação descrita, sem que a ela se faça referência explícita*⁵⁰. Não se justifica, então, a acusação de escritor não engajado. Já nas páginas iniciais de *Grande Sertão: Veredas* podemos perceber a denúncia social:

Uma coisa é pôr idéias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, e mil-e-tantas misérias... Tanta gente – dá susto saber – e nenhum se sossega: todos nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons... (GSV, 2001, p. 31).

Adiante, o recurso criativo de um artista permite o uso da crítica social entrelaçada nas frases, evidenciando os desmandos das políticas locais, claramente curvadas às políticas estadual e federal:

Ah, a vida vera é outra, do cidadão do sertão. Política: tudo política, e potentes chefias.... cada lugar é só de um grande senhor, com sua família geral, seus jagunços mil (GSV, 2001, p. 127).

Antonio Candido assevera, com total pertinência, que Rosa elaborou um universo autônomo, fazendo interagir realidades expressionais e humanas na constituição de uma obra que vale essencialmente por seu conteúdo literário e poético. Porém, a poesia que desabrocha da prosa roseana encontra sua plataforma na realidade disforme do sertão e seu homem singular⁵¹. Perceptivelmente, a fala de Candido, indica a sobreposição da inovação poética – a inovação pela linguagem – ao conteúdo dito regional presente no romance de 1956.

A posição de Walnice Nogueira Galvão no tocante a posição de Rosa dentro de um regionalismo literário brasileiro serve precisamente de anteparo para captarmos os caracteres desse ambiente intelectual e de que forma os intérpretes posicionam Rosa nesse contexto. Na obra *Guimarães Rosa*, publicado em 2000 pela Publifolha, num capítulo denominado *O Lugar de Guimarães Rosa na Literatura Brasileira*, a pesquisadora argumenta que a literatura de Rosa pode ser concebida enquanto produto de duas tendências: por um lado o *romance social do Nordeste*, diretamente influenciado pelo conturbado contexto do entre - guerras e pela produção norte-americana do período (Dreiser, Steinbeck, Passos, Faulkner), empenhada em denunciar de forma impiedosa as mazelas sociais provocadas pela exploração capitalista;

⁵⁰ Ibid., p. 483.

⁵¹ CANDIDO, 2006, op. cit., p. 112.

de outro, a chamada *Reação Espiritualista*, preocupada em investigar as profundezas da subjetividade, sob influência do romance católico francês (Bernanos, Green, Mauriac). Galvão finaliza seu capítulo após discorrer sobre as particularidades dessas correntes, afirmando ser *nesse panorama literário, basicamente bipartido, que Guimarães Rosa vai fazer sua aparição, operando como que uma síntese das características definidoras de ambas as vertentes: algo assim como um regionalismo com introspecção, um espiritualismo em roupagens sertanejas*⁵².

De toda forma, entendendo ser válida a propositura de Galvão, procuramos enxergar a literatura de Rosa estabelecendo relações com o longo e acidentado roteiro da literatura regionalista nacional. Considerando o recurso narrativo adotado em *Grande Sertão: veredas*, que dispõe lado a lado, num estranho diálogo sem interlocução, a soberana doutoração de um interlocutor silenciado (proveniente do espaço urbano) e a inteligência mística de um ex-jagunço, não se pode relegar ao esquecimento o fato de que tal recurso narrativo fora já utilizado, oferecendo resultados semelhantes em matéria de literatura regionalista⁵³. Destacamos aqui à obra do pelotense João Simões Lopes Neto, *Contos Gauchescos* (1911), cuja estrutura narrativa é idêntica àquela usada por Rosa no romance de 1956. *A relevância de sua reduzida obra, embora com resultado diverso, reside prioritariamente na criação de uma "fala" própria em primeira pessoa e em sua atenção à mimese da oralidade*⁵⁴.

A disjunção entre a cultura erudita e a cultura popular sempre foi, na realidade, sintoma de uma experiência social que separa, isola e idealiza os pobres e que, no plano literário, muitas vezes folclorizou ou idealizou sua fala. À cisão entre o estilo culto da voz narrativa e o registro pitoresco da linguagem do povo, Simões Lopes Neto respondeu com uma saída que, se não resolvia as diferenças da vida real, construiu um foco narrativo que cedendo a palavra a Blau Nunes e estabelecendo uma interlocução em presença, preservava o modo de ser daqueles que o crítico uruguaio Ángel Rama descreveu como os deserdados da modernização. João Guimarães Rosa, ao ampliar e aprofundar esse legado, transpôs o fosso entre a voz do narrador culto e a voz do personagem iletrado ou semi-letrado e, por meio do uso frequente do discurso indireto livre, elidiu as distâncias, misturando pontos de vista e colocando em contato duas esferas diversas de experiência⁵⁵.

Essa dinâmica, presente tanto na literatura de Guimarães Rosa como na de Simões Lopes Neto, pode ser concebida sob um ponto de vista transculturador – segundo as

⁵² GALVÃO, Walnice Nogueira. **Guimarães Rosa**. São Paulo : Publifolha, 2000. – (Folha explica), p.26.

⁵³ Cf. RADUY, op. cit., p. 77.

⁵⁴ Ibid., p. 12.

⁵⁵ VASCONCELOS, 2008, op. cit., p. 383.

formulações de Ángel Rama⁵⁶ – já que representa o contato, não o conflito, entre os detentores da memória coletiva, ameaçada pelo impacto modernizador, com a racionalidade cientificista oriunda do ambiente urbano. Tal procedimento evidencia um mesmo ímpeto transculturador que conduz à discussão a respeito da inserção de Rosa nos quadros da literatura brasileira⁵⁷.

Desestruturar o cânone em que se tornou a obra de Rosa, entendendo-a não como milagre espontâneo, mas resultado de processo histórico de assimilação e atualização se converte em expediente necessário para aquele que queira lançar um olhar lúcido sobre a produção literária; rejeita-se a percepção de que esta assume uma estética inovadora ao ponto de isolá-lo em relação aos pares. De modo que, desenvolver uma crítica e uma prática historiográfica eficientes significa desestabilizar e substituir a rigidez do cânone estabelecido por uma visão dialética da produção literária.

ROSA:FRONTEIRASDAESCRITA

O período de elaboração dos livros lançados em 1956, especialmente, *Grande Sertão:Veredas*, marca intenso momento de impulso à atividade literária, bem como, um espaço para pensarmos como Guimarães Rosa preparou sua *epopéia homérica* no sertão de Minas Gerais. O universo sertanejo que vemos saltar das páginas de Grande Sertão não emergiu simplesmente a partir do instinto criativo do autor, antes, foi fruto de profundos estudos sobre o mundo do sertão, onde Rosa recolheu dados e ouviu estórias as mais diversas, registrando tudo em suas cadernetas de viagem; instrumentos auxiliares de um escritor com métodos de cientista, se assim posso chamá-lo. Com o intuito de observar e colher ao vivo elementos para suas estórias, Guimarães Rosa fez algumas viagens de documentação pelo interior do Brasil entre 1947 e 52. O roteiro continha além do sertão de Minas, o Pantanal mato-grossense e sertão da Bahia.

Durante a elaboração dos livros de 1956, Rosa percorre dois caminhos auxiliares: de um lado, em diálogo com relatos de viajantes do século XIX que descreveram o sertão do

⁵⁶ Cf RAMA, Angel. *Os processos de Transculturação na Narrativa Latino-Americana*. In: Ángel Rama – *Literatura e Cultura na América Latina*. Flávio Aguiar e Sandra Guardini Vasconcelos (Org.). São Paulo: Edusp, 2001 (Ensaio latino-americanos); 6.

⁵⁷ RADUY, op. cit., 2006, págs. 77-8.

Brasil, ele incorpora a viagem como procedimento narrativo; por outro lado, mantendo diálogo com a tradição da épica oral, desenvolve uma reflexão sobre a cultura sertaneja, ou como prefere Ana Luiza Martins Costa, *cultura boieira*⁵⁸.

A adequação da linguagem à matéria narrada ultrapassa o mero registro documental, sendo, antes, bandeira de afirmação de uma cultura desvalorizada. Assim:

A utilização de expressões arcaicas – em desuso nas grandes cidades, mas ainda hoje vigentes nos povoados do sertão – indica o caráter conservador da linguagem em regiões mais longínquas, acentuando a fidelidade documental, pois reafirma o modo pelo qual aquelas personagens pensam e expressam tais realidades. Ao incorporar o dialeto falado pelo povo sertanejo ao seu próprio discurso, o autor também recupera um registro lingüístico socialmente desvalorizado, revelando um trabalho de valorização de elementos ditos rústicos⁵⁹.

Entretanto, mesmo que Rosa dispusesse de todo um aparato metodológico comum ao pesquisador naturalista, catalogando os aspectos concretos da realidade sertaneja, a sensação que lhe alcançava quando matinha contato com este universo sertanejo se instalava no espaço da afetividade, das afinidades do coração. De modo que sua literatura não se traduzia em registro documental; antes com fins a captar e registrar uma realidade que se quer fazer lembrar como parte de um país que está a se fazer. Expediente habitual que Guimarães Rosa assumisse quase como um *alter ego* seu comportamentos comuns em *cientistas e naturalistas*⁶⁰. Estes principalmente no século XIX – especialmente os que percorreram o sertão de Minas Gerais, como Saint-Hilaire, Spix e Martius –, vieram conhecer, descrever e catalogar a diversidade da paisagem brasileira com fins a dar conhecimento ao mundo europeu, conforme assinalou Ana Luísa Martins Costa:

Com a precisão de um lingüista e um olhar antropológico, Rosa dá uma atenção especial ao que os próprios vaqueiros falam do gado, documentando sua mitologia,

⁵⁸ Cf COSTA, Ana Luiza Martins. *João Rosa, Viator*. In **A poética migrante de Guimarães Rosa**/Marli de Oliveira Fantini Scarpelli (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. Neste trabalho, Ana Luiza trabalha a partir da idéia de que Rosa faz uma reflexão centrada na relação entre o homem e o boi no universo do sertão.

⁵⁹ Cf LIMA, Deise Dantas. *Escrita do espaço, espaço da escrita em Guimarães Rosa*. Disponível em: www.ciencialit.letras.ufrj.br/.../DEISE%20DANTAS%20LIMA.doc.

⁶⁰ Os naturalistas viajavam pelos países exóticos para torná-los conhecidos aos olhos da ciência, inserindo-os no universo do saber escrito da época. Eles foram decisivos na formação de um olhar sobre os países percorridos, servindo de modelos para a emergência de literaturas nacionais. Com seus relatos e representações pictóricas de paisagens tipos e costumes genuinamente brasileiros, naturalistas e paisagistas europeus que viajaram pelo país entre 1810-1830 forjaram uma imagem exuberante e promissora do Brasil, com a qual escritores, cientistas e políticos puderam se identificar em sua busca de marcas inconfundíveis de brasilidade, no contexto histórico de constituição da nação brasileira após 1822 (COSTA, op. cit., pág. 325).

cantos, ditados, adivinhas, comparações e casos de façanhas arriscadas, de bois bravios que venceram ou foram vencidos pelos homens⁶¹.

Essa preocupação antropológica representa a busca das estruturas mentais dos vaqueiros, homens do sertão por excelência, para depois transformar tudo em literatura. Para tal, seria necessário explorar aquilo que é central no universo do homem sertanejo, sua relação com o boi. *O vaqueiro é aquele que luta com as forças da natureza. Sua maior façanha é enfrentar o touro bravio, a fera, a potência selvagem e hostil.* Talvez por isso, o boi é presença marcante em Grande Sertão: Veredas, como já observou Walnice Nogueira Galvão, *figurando em praticamente todas as páginas: da primeira, em que Riobaldo fala do bezerro erroso, às últimas, quando reencontra Zé Bebelo, que acabara de negociar um gado*⁶².

Ao longo de sua obra, será comum que Rosa recorra a comparações com animais que façam parte do universo cultural enfocado. Ao mesmo tempo em que os homens do sertão expressam suas idéias de imagens concretas a partir de sua relação com os bois e com o mundo a sua volta, o mesmo ocorre nas estórias rosianas, onde imagens que remetem ao mundo do sertão saltam das páginas.

Quando nos reportamos as cadernetas de viagem de Rosa pelos sertões, verificamos haver profunda afinidade com os relatos dos viajantes naturalistas. A precisão e o detalhamento com que o escritor registra paisagens e tipos humanos denunciam esta afinidade. Distinções existem quanto ao modo como observam as paisagens naturais: Rosa não se limita a olhar o sertão de fora enquanto elemento estranho a este, limitando-se a classificar e reproduzir com exatidão formas e texturas como faziam os viajantes naturalistas. Guimarães Rosa, por outro lado, almejava enxergar o universo do sertão por dentro, pactário daquele meio, tal qual um vaqueiro. Em todo caso, a pesquisa documental concorrem para criar uma impressão de realidade em suas estórias⁶³.

Em face dos olhares secos, distantes e guardados numa segurança científica, convertendo paisagens em descrições áridas e sem vitalidade, Guimarães Rosa vê o sertão *pelos avessos*, com um olhar tateante, incorporando outros pontos de vista. Ao invés de classificar e registrar o mundo do sertão, o autor de *Grande Sertão: Veredas* se deixa conduzir diante da realidade múltipla do universo do sertão, transpondo sentimentos os mais diversos em escrita.

⁶¹ COSTA, op. cit., p. 316-7.

⁶² GALVÃO, Walnice Nogueira. **As formas do falso: um estudo sobre a ambigüidade no Grande Sertão: Veredas.** São Paulo, Perspectiva, 1986, p. 27.

⁶³ Ibid., pág. 332-3.

Rosa promove o encontro entre métodos de pesquisa científica e o compromisso com a literatura enquanto realidade estética; esperando com isso garantir ao seu texto a veracidade da experiência afetiva, permitindo aos tipos humanos que povoaram o sertão – vaqueiros e jagunços – certa permanência na memória, ao menos artística, visto que corriam o risco de desaparecer no esquecimento. Tais métodos de pesquisador denotam um modo muito particular de expressividade artística; assentado no envolvimento intelectual e afetivo com o mundo e os seres que o inspiravam, mantendo estreita conexão com a percepção de que a literatura detém o poder de representar uma realidade⁶⁴, *mostrando como é possível superar o realismo para intensificar o senso do real; como é possível entrar pelo fantástico e comunicar o mais legítimo sentimento do verdadeiro*⁶⁵.

⁶⁴ Cf LIMA, op.cit., não paginado.

⁶⁵ CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987, pág. 207.

2º Capítulo

O JULGAMENTO DA NAÇÃO: VEREDAS DE TRADIÇÃO E
MODERNIDADE NO SERTÃO ROSIANO

Nós, os homens do sertão, somos fabulistas por natureza. Está no nosso sangue narrar estórias. (...) Desde pequenos, estamos constantemente escutando as narrativas multicoloridas dos velhos, os contos e lendas, e também nos criamos em um mundo que às vezes pode se assemelhar a uma lenda cruel. (...) Eu trazia sempre os ouvidos atentos, escutava tudo o que podia e comecei a transformar em lenda o ambiente que me rodeava, porque este, em sua essência, era e continua sendo uma lenda. (...) Disse a mim mesmo que sobre o sertão não se podia fazer “literatura” do tipo corrente, mas apenas escrever lendas, contos, confissões.

João Guimarães Rosa (Carta a Gunter Lorenz)

Revelando capacidade discursiva de primeira linha, João Guimarães Rosa, congrega em *Grande Sertão: Veredas* – sua obra máxima – elementos de diversas procedências na construção de um romance que se abre a perspectivas as mais variadas, partindo da utilização de formas arcaicas da narrativa.

Em seu ensaio *O homem dos avessos*, Antonio Candido, declara que em *Grande Sertão: Veredas* há de tudo para quem souber ler⁶⁶: *romance de aventuras, análise da paixão amorosa, retrato original do sertão brasileiro, invenção de um espaço quase mítico, reflexão sobre o destino do homem, expressão de angústia metafísica, etc*⁶⁷. O conjunto destas disposições temáticas parecem apagar-se em face da dimensão lingüística que toma conta da obra rosiana.

Em todo caso, *Grande Sertão: Veredas* avança longe nas articulações narrativas, lançando mão da matéria regional habilmente pesquisada em confluência com o delineamento de um ser sertanejo mergulhado em subjetividades. Guimarães Rosa promove a fusão do

⁶⁶ CANDIDO, 2006, op. cit., 111.

⁶⁷ CANDIDO, Antonio. *O super-realismo de Guimarães Rosa*. *Jornal da USP*. 15 a 21 de maio de 2006, ano XXI no.763. não paginado.

regionalismo, essencialmente conservador, na medida em que está ligado ao mundo arcaico, com as linguagens modernistas⁶⁸.

Mediante essas premissas, o que tentamos realizar como proposta de leitura crítica do texto rosiano, ergue-se como uma interpretação implicada na dimensão histórica que coabita o espaço narrativo de *Grande Sertão: Veredas*. Uma leitura histórica da obra, compreendendo-a como um fragmento rico em historicidade, visto que abarca nas entrelinhas de sua confecção discursiva uma gama de elementos e problemáticas históricas. *Grande Sertão* tem sentido e tarefa dupla em nossa reflexão, uma vez que é o objeto, é também a fonte, ou seja, esta obra é o nosso tema-problema e o documento que dá sentido à trama histórica que nos propomos discutir.

Portanto, o período que vai desde o fim do Império até os eventos que marcaram profundamente a vida política e social da República Velha – as instabilidades do novo regime, as crises políticas, institucionais e econômicas, bem como, gerado por fatos anteriores, certa nostalgia da “ordem imperial” – será o pano de fundo sobre o qual se darão os acontecimentos de *Grande Sertão*.

Contudo, não entendamos *Grande Sertão: Veredas* como uma narrativa da história da Primeira República, pois este não é o esteio central da obra. Busca-se verificar justamente o caráter de alegorização presente nesta, de nossa primeira experiência republicana, desenvolvendo uma interpretação do romance enquanto desvelador dos embates entre um “novo” contexto – a República – marcado por profundo desejo de construir uma nação (o problema de constituir uma identidade nacional era ainda uma herança imperial⁶⁹) fundada sobre a ordem e a modernidade (se pensarmos na influência positivista dos primeiros anos da República, poderíamos falar em progresso e ganho de civilização) e os elementos que constituíam o Império enquanto regime de exceção – o imenso poder pessoal de D. Pedro II, o

⁶⁸ Cf. *Ibid.*, não paginado.

⁶⁹ Toda organização política administrativa do Império brasileiro baseou-se em elementos/influências estrangeiras. Todas as importações serviam à preocupação central que era a organização do Estado em seus aspectos político, administrativo e judicial. Tratava-se, antes de tudo, de garantir a sobrevivência da unidade política do país, organizar um governo que mantivesse a união das províncias e a ordem social. Somente no final ao do Império começaram a ser discutidas questões que tinham a ver com a formação da nação, com a redefinição da cidadania./ [...] a temática nacional só foi retomada quando se aproximou o momento de enfrentar o problema da escravidão e seu correlato, a imigração estrangeira. Tais problemas implicavam também o da centralização política, uma vez que afetavam de maneira distinta as várias províncias. A Monarquia aboliu a escravidão em 1888. Mas a medida atendeu antes a uma necessidade política de preservar a ordem pública ameaçada pela fuga em massa dos escravos e a uma necessidade econômica de atrair mão-de-obra livre para as regiões cafeeiras. O problema social da escravidão, o problema da incorporação dos ex-escravos à vida nacional e, mais ainda, à própria identidade da nação, não foi resolvido e mal começava a ser enfrentado. (CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p.23-4).

favoritismo, gerador de escândalos de corrupção, a centralização política e a ausência de representatividade eleitoral, esta marcada pelo uso da violência e das fraudes⁷⁰.

A constituição da modernidade no Brasil passaria de toda forma pela superação de uma realidade marcada pela convivência de idéias que remetiam ao progresso com práticas sociais, políticas, institucionais que revelavam a presença pungente de velhas estruturas.

Imagens do atraso associadas a práticas políticas e sociais indicativas da permanência das estruturas imperiais abundam por toda a obra rosiana, mesmo que de forma implícita. Configura, então, uma realidade sertaneja arcaica que sirva de contraponto ao ideal trazido pela proclamação da República, calcada na construção de uma sociedade nacional pautada pela modernidade e pelo progresso.

Em face disso, as representações literárias constituídas no *Grande Sertão: Veredas* convertem-se em incidentes impróprios de sociedades modernas: presentificar uma realidade marcada pela presença de bandos jagunços dispendo da violência à mando de potentados locais (chefes latifundiários) enquanto recurso de ordenação social e perpetuação política ganha corpo a cada página do romance rosiano. Elementos excluídos pela modernidade republicana vêem-se atualizados em *Grande Sertão: Veredas*, desnudando contradições e limites que a modernidade encontra para se estender no sertão durante a República Velha.

O sertão representado no romance corresponde a um espaço deslocado dentro do novo contexto nacional. Periférico e atrasado fere de maneira taxativa os princípios de ordem e progresso da República. A matéria ficcional está aqui assentada numa matéria histórica marcada por contrastes: a produção subsistente em vez da produção industrial orientada para o mercado externo. O povoamento disperso e pouco numeroso em lugar das cidades. A propriedade e o trabalho informal em face à legalidade do trabalho assalariado. A força do coronelismo contra os princípios constitucionais da República. A ética constituída pela convivência contra as instituições legais⁷¹.

Em tudo mencionado, *Grande Sertão: Veredas* alegoriza uma realidade sertaneja insuficientemente amadurecida para a modernidade; limitações à ação política civilizadora de

⁷⁰ A força que a idéias liberais ganham nos momentos finais do Império empurram seus emissários – inclusive conservadores – na direção de críticas cada vez mais contundentes ao regime imperial. E o que se pode verificar nas palavras de Lúcio de Mendonça (1914:311): “o privilégio, sob as formas mais odiosas, é a substância da monarquia”. O regime do privilégio enfraquecia a nação, atirando-a na inércia, demonstrando descaso pelo progresso e amolecendo o caráter. No famoso discurso em que o conservador Ferreira Viana cognominou d. Pedro de “César caricato”, denunciava ele: “O imperador estragou as forças vivas do país” porque “a monarquia é prodiga, injusta e governa o país pela corrupção e pela violência”. (MELLO, Maria Tereza Chave de. *A bela paz doméstica vai por água a baixo: a desafeição ao regime e a dessacralização do monarca*. In **A República Consentida**. Rio de Janeiro: FGV/EDUR, 2007, p.164-5).

⁷¹ Cf GALVÃO, 1986, op. cit.

um *Zé Bebelo* – personagem representativo da incapacidade de unificação nacional –, sobretudo quando o tempo histórico em que ele desenvolve a sua ação civilizadora está entre a queda da monarquia e os *inícios* da prematura experiência republicana. Imbuído, então, dessa dimensão civilizacional, Bebelo representa o fracasso da modernidade em converter o sertão, porque não o próprio Brasil, aos usos e necessidades modernas.

OS VIVENTES, SEUS AVATARES

Para melhor interpretação dos motivos de leitura que se dão neste trabalho, lançaremos mão neste item da análise das personagens do romance e suas posições em face a dialética das relações entre o mundo do sertão e a “nova ordem” republicana. Os personagens encenam o diálogo entre duas civilizações, duas visões de mundo divergentes; exceto Riobaldo, ser marcado pela ambigüidade, que oscilará de uma margem a outra, cruzando e tocando as duas realidades conflituosas, em contato tanto com a ordem republicana quanto com a “ordem jagunça”, sendo ele próprio duplo em sua condição humana.

Riobaldo, jagunço que atrai para si destino contraditório aos termos de uma vida sertaneja, para armas e letras, tem no padrinho Selorico Mendes via de acesso: para a violência e a desordem personificadas na condição jagunça, bem como para o que significa de civilidade a condição de letrado assumida por este. A partir do padrinho estabelece o primeiro contato com estas duas ordens instrumentais, a de jagunço e a de letrado.

A idéia de oferecer instrução escolar ao afilhado deriva-se justamente da admiração que tem Selorico pela jagunçagem, interesse que pretende transmitir a Riobaldo ao passo que oferece comprovação documental. No entanto, Riobaldo não sabia ler, fato que impossibilitava sua interação e entendimento com a prova que o padrinho apresentava de suas antigas relações com famoso chefe de jagunço:

“– Neco? Ah! Mandou mais que Renovato, ou o Lióbas, estrepuliu mais que o João Brandão e os Filgueiras...” e meu padrinho me mostrou um papel com escrita de Neco – era recibo de seis ancores com pólvora e uma remessa de iodureto – a assinatura rezava assim: Manoel Tavares de Sá.

Mas eu não sabia ler. Então meu padrinho teve uma decisão: me enviou para o Curalinho, para ter escola (GSV, 2001, p. 129)

Querendo ser um outro, Selorico Mendes fantasiava também uma outra vida. Apesar de fazendeiro bem sucedido e estabelecido, vivia insatisfeito consigo mesmo por não ter sido e/ou ser como os grandes chefes jagunços que tinha conhecido e admirava; sofria também com a nova situação dos proprietários rurais, por terem suas fazendas agora num lugar e num tempo onde não imperava mais a ordem jagunça, da qual vivia uma espécie de nostalgia⁷².

Nunca falou em minha mãe. Nas coisas de negócios e uso, no lidante, também quase não falava. Mas gostava de conversar, contava casos. Altas artes de jagunços – isso ele amava constante – histórias.

– Ah, a vida vera é outra, do cidadão do sertão. Política! Tudo política, e potentes chefias. A pena que aqui já é terra avinda concorde, roncice de paz, e sou homem particular. Mas adiante, por aí arriba, ainda fazendeiro graúdo se reina mandador – todos donos de agregados valentes, turmas de cabras no trabuco e na carabina escopetada! Domingos Touro, no Alambiques, Major Urbano na Macaça, os Silva Salles na Crondeúba, no Vau-Vau dona Próspera Blaziana. Dona Adelaide no Campo Redondo, Simão Avelino na Barra-da-Vaca, Mozar Vieira no São João do Canastrão, o Coronel Camucim nos Arcanjos, comarca de Rio Pardo, e tantos, tantos. Nisto que extrema de cada fazenda some e surge um camarada, de sentinela, que sobraça o pau-de-fogo e vigia feito onça que come carcaça. Ei. Mesma coisa no Barranco do rio, e se descer esse São Francisco, que aprova, cada lugar é só de um grande senhor, com sua família geral, seus jagunços mil, ordeiros: ver São Francisco da Arrelia, Januária, Caririnha, Urubu, Pilão Arcado, Chique-chique e Sento Sé. (GSV, 2001, p. 127-8)

A nostalgia identificada na figura de Selorico Mendes, padrinho de Riobaldo, não era exclusivamente pelo fim dos bandos jagunços, mas de forma geral, pelo encerramento gradual que se dava quando da passagem do Império para República (mudanças nas leis eleitorais, buscando redefinir a cidadania) de uma *ordem jagunça*⁷³, quando todos se encaixavam e se orientavam dentro e por meio desta. Nostalgia de uma época dominada pelos potentados locais no usufruto da violência enquanto estratégia política face ao governo central, dispondo

⁷² Cf. RONCARI, op. cit., p. 72.

⁷³ Essa ordem, verificada no relato de Selorico Mendes, não era a de bandos errantes de homens livres, como os do cangaço do Nordeste, mas de milícias de grandes proprietários e de famílias tradicionais, que tinham sobrenome e títulos da antiga Guarda Nacional, inclusive o Neco, que ele faz questão de nomear com nome e sobrenomes: Manoel Tavares de Sá. Ela, vista pelo prisma nostálgico e idealizante de um sobrevivente, era a velha ordem patriarcal e tradicional. Com a República, o exercício do poder privado no Brasil sofre uma reconfiguração em função do federalismo; tal como ordenamento político republicano, trata-se do coronelismo. Fenômeno novo na política brasileira, o coronelismo não se confunde com as práticas históricas – lutas de família e o mandonismo local – de exercício do poder privado no Brasil. “Essas são práticas que atravessam a história do Brasil colonial e imperial. O coronelismo demarca uma mudança qualitativa na tradicional dominação do poder privado. Embora também uma forma de exercício de poder privado, ele não é uma prática. O coronelismo tem uma identidade específica, constitui um sistema político e é um fenômeno datado”. (RESENDE, M^a Efigênia Lage de. *O processo político na Primeira República e o Liberalismo oligárquico*. In DELGADO, Lucília de A. Neves (org.). *O tempo do Liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.96).

como bem entendessem do poder de mando, sem partilha com os poderes oficiais, em especial com os governadores dos Estados. Tão logo se instala a República Velha, esses grupos vêm limitados seus poderes pelas alterações na legislação eleitoral⁷⁴.

Pela figura de Riobaldo, essa suposta ordem jagunça é questionada, mesmo quando o padrinho identifica estes como ordeiros, opondo descrição contrária em que a ordem se converte em desordem, pois que, vinculado a um passado onde as leis pouco ou nada regulavam. Daí a vida desregulada dos jagunços em plena República que se proclamara sobre os princípios da ordem e das leis.

...as ruindades de regra que executavam em tanto pobrezinhos arraiais: baleando, esfaqueando, estripando, furando os olhos, cortando línguas e orelhas, não economizando as crianças pequenas, atirando na inocência do gado, queimando pessoas ainda meio vivas, na beira de estragos de sangue... Esses não vieram do inferno? (GSV, 2001, p. 65)

Pouco mais adiante, Riobaldo define os termos dessa ordem jagunça:

Jagunço é isso. Jagunço não se escrabeia com perda nem derrota – quase que tudo para ele é igual. Nunca vi. Pra ele a vida já está assentada: comer, beber, apreciar mulher, brigar, e o fim final. E todo mundo não presume assim? Fazendeiro também? Querem é trovão em outubro e a tulha cheia de arroz. (GSV, 2001, p. 72)

Essa suposta *ordem* aparece no discurso de Riobaldo enquanto contraposição da ordem civil e jurídica representada por cidades, tais como Januária, que encarnavam um novo modo de vida urbana, característico do discurso progressista advindo com a República. Discurso marcado pelas sucessivas tentativas de redefinição da cidadania e instituição de uma civilização moderna no país por meio das leis.

Ordem esta baseada essencialmente na força e em interesses particulares de acumulação de bens pelos grandes chefes latifundiários. Sucesso ou fracasso, ascensão política e econômica, estão diretamente relacionados com as alianças e proteções que conseguiam desenvolver; há que se considerar o papel da violência no processo de sobreposição de chefias e governo neste universo do sertão. De tal modo, que a nostalgia de Selorico Mendes indica um *processo de idealização e mistificação desses bandos*, entendendo a experiência junto a tais bandos enquanto carregada de heroísmo e coragem⁷⁵.

⁷⁴ Cf. RONCARI, 2004, op. cit., p. 73.

⁷⁵ Ibid., pág. 74.

A condição de letrado adquirida por Riobaldo, em espaço privilegiado da educação civil e moderna: o espaço urbano, em oposição ao meio rural (espaço dos iletrados e das resoluções violentas, da própria violência como práxis, segundo o discurso das elites instaladas nos ambientes de tomada de decisão – Rio de Janeiro e São Paulo –, sedentos por tornar o país apazível aos olhos estrangeiros no que concerne a modernidade revelada pelo espírito da *belle époque* europeia), o faz ingressar num universo fundado nos valores da razão e do conhecimento, que premiasse a competência e a inteligência com o prestígio. No plano da narrativa, portanto, Riobaldo enquanto narrador assume o prazer de *especular idéias*, característica evidenciada do sujeito esclarecido pelo conhecimento letrado: *as interrogações que formula sobre o sentido de sua experiência configuram a pergunta pelo sentido da vida típica do romance burguês, voltado para os significados da experiência individual no espaço moderno do trabalho e da cidade capitalista*⁷⁶. Instaure-se um contra-senso, se levarmos em consideração o fato de que o empenho de esclarecimento partir justamente de um ser participante de uma região em princípio atrasada; isto *define um dos aspectos fundamentais da obra e nos leva ao coração da mescla, fazendo ressaltar suas articulações profundas com o contexto histórico-social do sertão (e do País) a que remete*⁷⁷.

Quando Riobaldo foge da casa de seu pai, desejoso da liberdade de idas e vindas dos bandos jagunços que verá passar por sua casa, seu antigo preceptor arranja-lhe emprego como professor, numa fazenda distante. O dono desta é o fazendeiro Zé Bebelo, que para o resto da vida chama Riobaldo pelo título de professor. *E ele me apresentava com a honra de: Professor Riobaldo, secretário sendo.* (GSV, 2001, p. 147).

Zé Bebelo, que, figurando ao lado de Riobaldo e Joca Ramiro, constitui-se enquanto um dos personagens definidores do momento histórico que vivenciava o país, emerge no romance enquanto princípio de centralização nacional, encarnando o espírito regenerador da recém instalada República: *Ordem e Progresso*. Este fazendeiro no meio do sertão representa a intervenção do poder republicano – centralizador – em função de impor ordem a um espaço marcado pela violência (barbárie) como estandarte da civilização.

Zé Bebelo especifica em termos hediondos a ordem jagunça, deixando evidente seu projeto de instituir a civilização legal no sertão barbarizado pelas ordas jagunças. Em trecho relatado por Riobaldo, Zé Bebelo expõe seus objetivos:

⁷⁶ ARRIGUCCI JR., D. *Romance e experiência em Guimarães Rosa*. *Novos Estudos Cebrap* (São Paulo), n.40, nov. 1994, p. 19.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 20.

– Sei seja de se anuir que sempre haja vergonha de jagunços, a sobrecorja? Deixa, que daqui a uns meses, nesse nosso Norte não se vai ver mais um qualquer chefe encomendar para as eleições as turmas de sacripantes, desentrandando da justiça, só para tudo destruírem do civilizado legal! Assim dizendo, na verdade sentava o dizer, com ira razoável. A gente devia mesmo de reprovar os usos de bando em armas invadir cidades, arrasas o comércio, saquear na sebaça, barrear com estrumes humanos as paredes da casa do juiz-de-direito, escramuçar o promotor amontado à força numa má égua, de cara para trás, com lata amarrada na cauda, e ainda a cambada morras e aí soltando foguetes! Até não arrombavam pipas de cachaça diante de igreja, ou isso de se expor padre sacerdote nu no olho da rua, e ofender as donzelas e as famílias, gozar senhoras casadas, por muitos homens, o marido obrigado a ver? Ao quando falava, com o fogo puxado de si, Zé Bebelo tinha de se esbarrar... (GSV, 2001, p. 146-7)

Bebelo exagera seus objetivos a fim de acabar com a jagunçagem (utilizando jagunços) e pacificar o sertão; em benefício do progresso e da ordem, visando introduzir naquele espaço os ganhos da civilização dita moderna: *Dizendo que, depois, estável que abolisse o jaguncismo, e deputado fosse, então reluzia perfeito o Norte, botando pontes, baseando fábricas, remediando a saúde de todos, preenchendo a pobreza, estreando mil escolas*⁷⁸ (p. 147).

Segundo Walnice Nogueira Galvão, não obstante em colocar os interesses coletivos da nação acima de seus interesses particulares – almeja uma carreira política após terminar com a jagunçagem –, Zé Bebelo mantém ativamente em riste os ideais centralizantes da República: *Agora, temos de render este serviço à pátria... tudo é nacional!* (p. 146). A tal ponto Zé Bebelo converte-se quase que plenamente numa alegoria dos motivos republicanos, se assim pode-se dizer, sendo dentre todos, a única personagem responsável por raciocinar em termos contrários aos da tradição, ou de laços de sangue, ou de alianças privadas para dominação, em detrimento dos canais democráticos republicanos⁷⁹.

Por trás de todo um discurso político engajado, a figura de Zé Bebelo guardava certo sentimento de saber o poder que existia num processo de manipulação das aparências, indicando um entendimento teatralizado da ação política. Em todo caso, seu projeto inspirava

⁷⁸ Zé Bebelo construiu a matriz de uma concepção eminentemente redentora da política, suscetível, acreditava convicto, se posta em ação, de *transformar aquele sertão inteiro do interior, com benfeitorias, para um bom Governo, para esse ô-Brasil* (GSV, 2001, p. 432). Era um projeto antigo e acompanhava a vida de Zé Bebelo, talvez desde sempre, como uma espécie de vocação missionária provocada, principalmente, pela repugnância inata que sentia diante da esmagadora multiplicidade do sofrimento impregnando o cotidiano da gente do Sertão. Na prática, todo o seu ambicioso programa de reformas revestiu-se da evidente legitimidade que costuma dispor esse sentimento profundamente íntimo de aversão ao sofrimento, bem como do esforço para transformá-lo em um dever político plenamente racional, fundado no compromisso com os interesses da maioria. (ABENSOUR, Miguel. *O Heroísmo e o Enigma do Revolucionário*. In: NOVAES, Adauto (org.) *Tempo e História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 211).

⁷⁹ Cf. GALVÃO, 2000, op. cit., p. 27.

uma transformação radical nas estruturas políticas e sociais do Sertão, angariando um futuro baseado nas premissas republicanas; a plataforma de ação política sustentava-se no mote de eliminação da pobreza em proveito de um outro tempo de bem-estar material⁸⁰.

Enfim, o discurso de Zé Bebelo carregava de um lado as premissas da plataforma desenvolvimentista, de transportar o progresso ao interior (de preferência em *trens*), e por outro, adotava certo viés nacionalista⁸¹, levando sempre em consideração o caráter cruzadista de expurgar o atraso, modernizar o sertão e integrá-lo efetivamente à nação:

Se deu, o que se disse. Só que, em vez de estafeta, a galope, veio Zé Bebelo mesmo. Eu tinha ficado com ruma de foguetes para soltar, e foi festa. Zé Bebelo mandou dispor uma tábua por cima de um canto de cerca, conforme ele ali subiu e muito falou. Referiu. Para lá do rio Pacu, no município de Brasília, tinham volteado um bando de jagunços – o com o valentão Hermógenes à testa – e derrotado total. Mais de dez mortos, mais de dez cabras agarrados presos; infelizmente só, foi que aquele Hermógenes conseguira fugir. Mas não podia ir a longe! Ao que Zé Bebelo elogiou a lei, deu viva ao governo, para perto futuro prometeu muita coisa republicana. (GSV, 2001, p. 149)

Muito embora este discurso pareça distante aos olhos do universo sertanejo, pois que, a ação do romance se passa nas décadas de 10 e 20 – período em que o mandonismo das políticas locais mantinham acentuado poder –, no período de escrituração e publicação do livro – década de 50 – esse discurso convertia-se em tônica dominante⁸².

⁸⁰ Cf. STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Grande Sertão: Brasil. Veredas de política e ficção*, p. 10-1. Disponível em: www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/murgel.rtf.

⁸¹ Evaldo Cabral de Mello procura mostrar como, no Brasil, o novo pode significar também a afirmação do atraso: “Só ao abolir-se a escravidão, criamos a oportunidade real de constituir um povo, fundamento da nação. Ao americanizar o sistema político e ao introduzir a política dos governadores, a República Tornou-se tolerante, ao contrário do Império, que ao menos professava, da boca para fora, horror por elas, para com as práticas políticas do secular autoritarismo interiorano. [...] Em finais de Quinhentos, já havia paulistas ou sam-paulistas; e, nos começos de seiscentos, pernambucanos. Enquanto isso, ao longo de Setecentos, brasileiro era apenas o indivíduo que vivia a cortar o pau-brasil nas matas e transportá-lo para os portos. Por sua vez, o adjetivo brasílico tinha sabor erudito. Quando a Independência se desenhou no horizonte, os brasileiros eram designados portugueses da América para distinguir dos portugueses da Europa. Àquela altura, Hipólito José da Costa excogitava, no seu exílio inglês, o termo adequado com que batizar os cidadãos do país que ia se criar. Brasileiro havia sido tradicionalmente o termo dado aos índios e como tal resultava excludente de quem não tivesse sangue ameríndio. Quanto a brasileiro, parecia-lhe inapropriado devido ao sufixo que denota a profissão, não a origem. Daí que optasse por brasiliense, o qual adotou no título da sua gazeta londrina. [...] Ao passo que o nativismo respondia a uma experiência espontânea das gentes, a criação de um Estado nacional parecia algo artificioso, o grand design de altos funcionários da coroa ou o enigma político escondido no autoritarismo e no dinasticismo do regente d. Pedro. Quanto ao Rio de Janeiro, era encarado com o disfarce grosseiro da antiga dominação portuguesa. Por sua vez, o Estado Novo considerou-se obrigado a promover a queima pública das bandeiras estaduais, no objetivo de exorcizar os restos de sentimento local que a seu ver comprometiam a unidade nacional, embora essas bandeiras, exceto em dois ou três casos, fossem meras improvisações estaduaisistas da República Velha”. *Folha de S. Paulo, Mais!*, 17 set. 2000, p. 14-6.

⁸² Cf. RONCARI, op. cit., p. 282.

Zé Bebelo é, pois, a anunciação dos novos tempos, da República, que tanto receio causara na mente de um Antonio Conselheiro; visionário ou não, moderno ou não, o fato é que a desconfiança se instaura na cabeça de Riobaldo, *quem desconfia fica sábio*, dizia o protagonista-narrador, receoso também da validade do discurso de Zé Bebelo: *Começava por aí, durava um tempo, crescendo voz na fraseação, o muito instruído jornal. Ia me enjoando. Porque completava sempre a mesma coisa* (GSV, 2001, p. 147).

Enquanto bastião da ordem republicana, Zé Bebelo seguia orientações bem definidas quanto ao novo regime, como bem salientou Luiz Roncari:

no âmbito político, propunha o combate à ação violenta e arbitrária do mandonismo local e à afirmação dos poderes do Estado; no econômico-administrativo, defendia a extensão dos poderes da ação governamental para o interior, com a devida promoção do progresso material; e, no ideológico-cultural, pregava a afirmação de uma identidade nacional, de modo a superá-la às solidariedades locais: *Aqui o que me faz falta é uma bandeira, e tambor e cornetas, metais mais...* (GSV, 1963, p. 89)⁸³.

Muito embora Zé Bebelo seja aquele que encarna os princípios da modernidade republicana no romance, sofre todavia, revelando uma vez mais o caráter ambíguo dos personagens no romance, o peso de traços tradicionais negativos: valentia desmedida, a ambição de poder pessoal, a utilização de jagunços para acabar com a jagunçagem. Valentia à parte em colocar ordem no sertão, Zé Bebelo desata e adota a lei do sertão, assumindo comando de grupo armado que ele próprio antes combatera, para então combater a jagunçagem, não mais como princípio político, almejando antes a execução de uma vingança particular sem qualquer vínculo com ideais nacionais⁸⁴.

Integrado ao bando de Zé Bebelo, Riobaldo participa do início da campanha guerreira deste e obtém sua primeira experiência jagunça. Experiência que põe em relevo as características de um indivíduo dividido entre o ser e o não ser/bem e mal. Sensação de desconforto que o acompanha ao longo da trama, o narrador-protagonista logo se vê dominado por sentimentos conflitantes: de um lado a piedade que sente pelos inimigos aprisionados, de outro a suspeita de traição por contar detalhes da organização do bando de Joca Ramiro (homem que até a presente situação Riobaldo mais admira) à Zé Bebelo. Resta a Riobaldo a decisão de fugir daquele bando, numa tentativa frustrada de evitar a jagunçagem:

⁸³ RONCARI, op. cit., 2004, p. 281-2.

⁸⁴ GALVÃO, 2000, op. cit., p. 21.

Fugi. De repente, eu vi que nada podia mais, me governou um desgosto. Não sei se era porque eu reprovava aquilo: de se ir com tanta maioria e largueza, matando e prendendo gente, na constante brutalidade. Debelei que descuidassem de mim, restei escondido retardado. Vim-me. Isso que, pelo ajustado, eu não carecia de fazer assim. Podia chegar perto de Zé Bebelo, desdizer: – desanimei, declaro de retornar para o curralim... Não podia? Mas, na hora mesma em que eu a decisão tomei, logo me deu um enfaro de Zé Bebelo, em trosgas, a conversação. Nem eu não estava para ter confiança nenhuma em ninguém. A bem: me fugi, e mais não pensei exato. Só isso. O senhor sabe, se desprocede: a ação escorregada e aflita, mas sem substância narrável. (GSV, 2001, p. 151-2)

Em meio à fuga tornar-se-à verdadeiramente jagunço, na medida em que reencontra Diadorim, membro importante do bando de Joca Ramiro, que Zé Bebelo justamente combatia. Passa a fazer parte do bando dos adversários de Zé Bebelo e se tornará definitivamente um jagunço. Presa do destino, Riobaldo caminha num confuso círculo, onde se percebe joguete de forças que não compreende.

Por meio de Riobaldo, Guimarães Rosa desenvolve um personagem que é travessia – alegoriza a travessia –, pois que, encarna os questionamentos de um debate à respeito do moderno e do arcaico. Outros personagens que circundam o narrador-protagonista revelam-se operando como forças contrárias no universo sertanejo; Selorico Mendes (Nostalgia imperial) e Zé Bebelo (Nova ordem republicana) aqui apresentados e discutidos representam dois estados de ser que se defrontam neste momento de travessia político-ideológico do Império à República.

Em Riobaldo, encarnando a idéia da travessia, constituía-se um ser marcado por dúvidas; de tal forma que a seus olhos Zé Bebelo desperta duas ordens de reação: simpatia por sua cruzada nacionalista, mas eventualmente preocupado de aquele discurso se esvaísse em nada. Intuitivamente desconfia de que aquele homem poderia combater forças seculares potencialmente desorganizadoras, principalmente em função do teor de suas propostas. Em que medida os potentados locais iriam permitiam a superposição de outro poder, vindo de fora, movendo uma gama de interesses outros que não aqueles petrificados pela tradição?

Descendência, autonomia, coragem e lealdade, valores inerentes a uma ordem jagunça, a ordem estabelecida no sertão. Transformar os valores tradicionais em proveito de leis, de uma constituição republicana como queria Bebelo, seria romper as estruturas que conferiam poder aos chefes locais; tal intento exigiria um poder de violência maior do que o dos homens da terra. Seria, pois, um contra-senso para Bebelo – combatendo a jagunçagem com jagunços – usar dos meios contra os quais se combatia, mesmo que em nome da lei e da justiça.

Representando o atraso e a violência presente no espaço rural do sertão, Hermógenes, ergue-se dentro do romance como representante da desordem que assola o sertão desde de o Império. Como bem salienta Luiz Roncari, *com o Hermógenes significando tudo o que significa na obra – o informe, a violência desmedida e recíproca, o crime, a falta de valores éticos, enfim, o sertão desgovernado por dentro e por fora –, não fica difícil interpretar a cena como uma alegoria do momento político que o país vivia*⁸⁵. Nesse sentido, Hermógenes apresenta-se como a imagem reversa de Zé bebelo e até mesmo do próprio Riobaldo, a ordem jagunça, situando-se no domínio da força e dos interesses privados. Antagonista por excelência, o inferno em si parece completo em face da imagem e do ser maligno que era este homem, como já demonstrado, encarnação de todas as forças terríveis a atuar no universo do Sertão⁸⁶. Seu acampamento, tal qual sua figura inspiravam em Riobaldo a sensação da presença e da chegada ao inferno:

Assim ao feito quando logo que desapeamos no acampo do Hermógenes; e quando! Ah, lá era *um cafarnaúm*⁸⁷. Moxinife de más gentes, *tudo na deslei* da jagunçagem bargada. Se estavam entre o Furado-de-São-Roque e o Furado-do-Sapo, rebeira do Ribeirão da Macaúba, por fim da Maria da Jaíba. A lá chegamos num de-tardinha. Às primeiras horas, conferi que era o inferno. (GSV, 2001, p. 174, grifos meus)

De todo modo, Riobaldo personifica forças de integração com o Sertão – busca a si mesmo –, não exagerando em maldades, nem às querendo; é, pois, um homem da ordem, pacífico, por isso questiona sobre o mal. Tem receios a respeito deste. O Hermógenes figurava

⁸⁵ RONCARI, op. cit., p. 283.

⁸⁶ No tempo de formação do autor, a idéia de que era do sertão que vinham as ameaças de desordem e barbárie era mais ou menos generalizada. No livro *O ocaso do Império*, Oliveira Vianna associa as ameaças de desordens institucionais, principalmente as republicanas, em oposição à ordem monárquica, com a anarquia reinante no sertão, imposta pelos bandos do cangaço, que ele equipara às lutas caudilhistas das repúblicas do Prata. São estas as imagens que ele usa: “barbárie das matas e sertões”, “tumultos de caudilhos sanguíneos”, “caudilhagem sanguínea do Prata”, “transformar a nobre armadura de defensor da pátria em cangaço salteador do poder”, e, referindo-se aos políticos civis, ele diz que “iam aos bancos da Escola Militar ou às tarimbas do Realengo com o mesmo objetivo com que os caudilhos sertanejos costumavam ir ao vale do Rio das Éguas ou a Pajeú de Flôres: iam aliciar cangaceiros para as suas empreitadas políticas” (VIANNA, 1959, apud RONCARI, 2004, op. cit., p. 286-287).

⁸⁷ Uma das acepções da expressão *cafarnaúm*, usada neste trecho da fala de Riobaldo para descrever o acampamento de seu antagonista Hermógenes, significa exatamente depósito de coisas velhas. Provavelmente, isto deixa entrever numa leitura mais atenta, como essa que hora fazemos, que esta pode efetivamente ser uma referência a uma posição assumida pelo narrador-protagonista, opondo-se a desordem (outra acepção desta expressão) e ao que representa valores arcaicos. Na seqüência de sua fala, utiliza estes termos para compor o quadro do lugar: “Moxinife de más gentes, *tudo na deslei* da jagunçagem bargada”, mostrando Riobaldo que a ausência de lei que aparentava haver no lugar o incomodava, identificando claramente a jagunçagem com a desordem, artifício para indicar a presença de más gentes. (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa/coordenação de edição*, Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira; lexicografia, Margarida dos Anjos... [et al.]. 4. ed. ver. ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 118).

na imaginação de Riobaldo como representante máximo da malvadeza. Para horror do protagonista, Hermógenes demonstra um prazer atípico em praticar crueldades com inimigos, o que lhe faz lembrar Zé Bebelo e seu senso de justiça; nestes instantes compara um ao outro. Eis que se vê tomado de assalto por sentimentos de traição, desejando mesmo que Zé Bebelo leve a termo seu propósito de acabar com os jagunços.

Entremeando, eu comparava com Zé Bebelo aquele homem. Nessa hora, eu gostava de Zé Bebelo, quase como um filho deve gostar do pai. As tantas coisas me tonteavam: eu em claro. De repente, eu via que estava desejando que Zé Bebelo vencesse, porque era ele quem estava com a razão. Zé Bebelo devia de vir, forte viesse: liquidar mesmo, a rês, com o inferno da jagunçada! Eu estava ali, cumprindo meu ajuste, por fora, com todo rigor; mas estava tudo traindo traidor, no cabo do meu coração. Alheio, ao que, encostei minhas costas numa árvore. Aí eu nem queria ficar doido, no nem mesmo. (GSV, 2001, p. 187)

Neste instante da narrativa, Riobaldo participa exatamente do bando de seu antagonista Hermógenes, porém, este também é o bando de seus afetos, Diadorim e Joca Ramiro; indagava-se, então, sobre a possibilidade de homem tão valoroso, de nobres costumes como Joca Ramiro, de ter um ser jagunço como este Hermógenes em seu bando. Diadorim justifica o caráter violento da figura de Hermógenes com sua lealdade, parte integrante dos valores admitidos neste *tipo especial de mundo, que é o sertão, onde o jaguncismo pode ser uma forma de estabelecer e fazer observar normas*⁸⁸, adotando certa conduta de guerra compatível com o universo sertanejo.

Parecer tal, da parte daquele por quem nutre afetos, coloca em cheque a consciência híbrida de Riobaldo, entre duas configurações culturais diversas, a da modernidade e a dos deserdados da modernização; ele hesitava entre o mundo tradicional do sertão personificado nas figuras de Diadorim e Joca Ramiro (afetos) e os valores morais e humanos, como os da ética e da civilidade (face urbana: moderna).

A canção que Riobaldo não consegue esquecer ao longo de todo o seu trajeto

“Olerereêe, bai-
ana...
Eu ia e
não vou mais:
Eu fa-
ço que vou lá dentro, oh baiana,
e volto
do meio

⁸⁸ CANDIDO, Antonio. *Jagunços Mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa*. In *Vários Escritos*. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2004, p. 112.

pra trás...” (GSV, 2001, p. 193)

apresenta a postura de Riobaldo em relação à situação em que se encontra, principalmente de adesão ou não à cidade, aos bandos, ou a Diadorim. Seu movimento é o mesmo da canção, que projeta uma ação, mas não a realiza exatamente⁸⁹. É também a postura adotada em relação aos benefícios da cidade. Se por um lado Riobaldo possui certo fascínio em relação a Zé Bebelo, que é amigo seu e se encontra no plano do espaço urbano/cidade; por outro não consegue romper suas amarras com o sertão, até porque, a cidade é o desconhecido, mesmo possuindo características remetentes ao espaço urbano.

De alguma forma este movimento demonstra uma instabilidade, perceptível quando Riobaldo questiona se *Ah, tempo de jagunço tinha mesmo que acabar. Cidade acaba com o sertão. Acaba? (GSV, 2001, p. 183)*; ele próprio não sabe a resposta, mas tem consciência de que faz parte de um processo que sabe começado, mas não quando finalizado.

Os demais chefes jagunços, Joca Ramiro inclusive, compõem a habitual aliança de dominação privada, eventualmente – e é o caso do enredo deste romance – em oposição ao poder central, porém, mantendo sempre um forte poder local. Todos são latifundiários poderosos mantenedores de bandos armados; sua motivação política e privada é várias vezes mencionada no texto. Dentre todos, o único que pode ser subtraído a essa motivação, é Medeiro Vaz. Assim, reinando a desordem e a brutalidade, a violência e os desmandos dos grupos jagunços, garantindo a permanência do poder pessoal e privado, *Medeiro Vaz, com um gesto pouco usual para sua condição de fazendeiro estabelecido, saiu para garantir justiça, impor a lei e o direito*⁹⁰. No plano material e simbólico rompeu com a velha estrutura patriarcal, procurando apagar seus sinais externos, quando se desfez de suas terras e gado, queimou a casa da fazenda⁹¹, *espalhou as cinzas e, relimpo de tudo, escorrido dono de si*

⁸⁹ Walnice Nogueira Galvão se reporta a esta canção nestes termos: É antes uma canção sumamente ambígua, que faz a descrição espacial do movimento contraditório e indeciso do sujeito; e, por isso, bastante representativa tanto da condição jagunça como das oscilações de Riobaldo. Cf. GALVÃO, 1986, op. cit., p. 110.

⁹⁰ LEONEL, M.C.; SEGATTO, J.A. *Alegoria e política no sertão rosiano*. In **A poética migrante de Guimarães Rosa**/Marli de Oliveira Fantini Scarpelli (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 406.

⁹¹ Limeira Tejo descreve como os membros das famílias agrárias erigiam-se em continuadores do passado e de seus antecessores, e como, para afirmar o que se constituía numa marca fundamental de suas personalidades, ostentavam os objetos e propriedades herdadas: “possuir terras herdadas era sinal de nobreza, devendo o domínio continuar indivisível nas mãos da descendência. Mantinha-se assim o orgulho das linhagens diretas, e o respeito hierático, levado pela sociedade patriarcal desaparecida. Houve como que uma identificação da terra com a família, realizando-se uma espécie de culto aos antepassados, impregnado de um certo animismo fetichista, na representação das pessoas desaparecidas, pelas coisas que lhe pertenceram. Quando morria o chefe, os seus objetos passavam na ordem da importância, isto é, da idade, às gerações dos filhos e dos netos. [...] O mesmo acontecia com os pertences da cabeça feminina do casal, que iam parar nas mãos das filhas e netas, desde de as jóias antigas, pesadonas, ofuscantes, até as almofadas de bilros para fazer rendas. E foi a propriedade territorial, mantida apesar de irreprodutiva, o elemento da articulação entre os dois mundos, o elemento mesmo de imposição do interesse moral da ordem antiga sobre a nova, alimentando as famílias já urbanizadas o orgulho do

montou em ginete, com cachos d'armas, reuniu chusma de gente corajada, rapaziagem dos campos, e saiu por esse rumo em roda, para impor a justiça (GSV, 2001, p. 60).

PONTEANDO OPOSTOS: O JULGAMENTO DA NAÇÃO

Capturado quando de uma batalha perdida contra o bando de Joca Ramiro na Chapada-da-Siriema-Correndo, Zé Bebelo exigiu um julgamento, elemento avesso as práticas jagunças; mesmo depois de ter sido salvo da morte por pretexto inventado por Riobaldo, insiste na composição de um júri para julgar sua conduta guerreira, incorporando, de tal forma, princípio novo àquele meio. Confirmando a nobreza que sua figura inspirava, Joca Ramiro consente a exigência do réu e, juntando seus jagunços nos arredores da fazenda Fazenda Sempre-Verde do doutor Mirabô de Melo constitui julgamento.

A escolha da fazenda do doutor Mirabô de Melo indica termos de um conflito político. Local representativo do poder no período colonial, aquela casa enorme que ali se afigurava transpirava ares de soberania, de uma época de coronéis ostentando um poder absoluto. Simplesmente manter-se a frente de um símbolo deste porte – representativo da tradição – garantia legitimidade à decisão ali praticada. *Não carece de se abrir... Não carece de se abrir... (GSV, 2001, p. 274).* Portanto, o local definido para o evento passa a encarnar o encontro entre o tradicional e o novo, melhor dizendo, o confronto entre civilização e barbárie, momento indicativo das transformações que incidiriam sobre o sertão⁹².

Esse talvez fosse o significado da escolha de Joca Ramiro: o de crença e confiança na ordem tradicional de que ela, como a tradição, saberia se abrir e incorporar (assimilar), para sua própria grandeza e glória, os novos costumes da civilização, que lhe permitiriam também o exercício da justiça e da piedade, e com isso garantir a sua perpetuidade⁹³.

O réu, bastião da civilidade e modernidade republicanas, punha em risco a ética costumeira dos senhores do sertão. De forma que, *mais do que julgar sobre a pessoa de Zé*

seu passado rural e aristocrático. Esse orgulho, no entanto, está muito longe de ser compreendido como uma arrogância – e deve ser entendido como uma satisfação quase ingênua de pertencer às linhagens históricas da região”. (VIANNA, 1949, apud RONCARI, op. cit., p. 289-90).

⁹² SILVA, Marcelo José da. *O Julgamento de Zé Bebelo: uma representação clássica no sertão. Encontro Regional da ABRALIC 2007: Literaturas, Artes, Saberes.* USP – São Paulo, Brasil, 23 a 25 de julho de 2007, págs. 3-4.

⁹³ RONCARI, 2004, op. cit. p. 299.

*Bebelo e seus atos, discutem-se questões que na verdade fazem referência ao próprio sistema jagunço e a conseqüente manutenção de sua estrutura política, social e econômica*⁹⁴.

A partir do julgamento, o sertão, como ocorre com o próprio romance, irá se transformar. Neste ponto, segundo Heloisa Starling, os chefes e seus jagunços encenam um momento extraordinário na política do sertão:

Havia ali uma oportunidade inédita de se fazer a experiência política da vida em comum, posto que a idéia do júri proposto por Joca Ramiro situava a direção real da sociedade nas mãos dos governados ou de uma porção dentre eles, espalhando no meio de toda aquela gente algumas virtudes cívicas: a prática da equidade, o amor a independência, o exercício da responsabilidade política, o combate ao egoísmo, a formação do discernimento...⁹⁵

Zé Bebelo participou da tradição – lutou e combateu como jagunço no seio do sertão, não usou de meios traiçoeiros para guerrear; enfim, integrou-se as regras jagunças como um próprio jagunço, de modo que isto não constituía crime passível de execução. Do outro lado, a tradição, o arcaico representado na figura de Joca Ramiro instituiu elementos da vida dita moderna civilizada: um tribunal. Este, todavia estava sendo sob controle das forças do sertão, da tradição.

Nesse ponto de tensão entre a civilidade e a barbárie, representada pelo tribunal montado no sertão, podemos verificar os primeiros passos em direção ao que o crítico Angel Rama denomina processo de *transculturação*⁹⁶; como também perceber a apreensão de um momento onde o processo de modernização se desenvolve a partir da regência dos elementos tradicionais arraigados na história; o primeiro dá-se a partir do discurso de Riobaldo, o segundo, mediante as intervenções de Joca Ramiro e Ricardão (legítimo representante da aristocracia rural). Em todo caso, o mero evento da não execução de Zé Bebelo, tendo ao invés, aceita sua proposta de julgamento, inspira pensarmos algo novo nas práticas jagunças, pois tal atitude contrariava a ética tradicional, convertendo-se o momento em ganho civilizacional para aquele meio⁹⁷. Portanto, havia aqui uma possibilidade aproximação e articulação das margens díspares dentro do romance.

⁹⁴ SILVA, op. cit., p. 3.

⁹⁵ STARLING, 1999, apud LEONEL, M.C.; SEGATTO, op. cit., 2008, p. 406-7.

⁹⁶ Ver Cap. 1, nota 41 sobre o processo de transculturação. Cf. RAMA, Ángel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1975.

⁹⁷ O processo de montagem e de adaptação do tribunal do Grande Sertão à hierarquia e aos valores dos homens do lugar, aos seus usos e costumes, contrasta fortemente com toda a história institucional brasileira, sempre ágil em copiar e imitar os modelos externos, geralmente pouco condizentes com a realidade do país, para onde foram transplantados.

Se havia a possibilidade de adaptar-se a lei sem abandonar o costume, *não era outra coisa que tentava Joca Ramiro: não romper radicalmente com o costume nem assimilar mimeticamente a lei, no caso, o processo do julgamento. Procurava absorvê-lo como ganho de civilização, porém, integrando-o à tradição, daí a realizá-lo sob o amparo da casa-grande*⁹⁸.

No episódio, o diálogo não encaminha ao entendimento, revelando-se deveras complicado. Joca Ramiro e Zé Bebelo encarnam forças históricas muito divergentes:

– “O senhor veio querendo *desnortear*, desencaminhar os sertanejos de seu *costume velho de lei...*”

– “Velho é, o que já está de si desencaminhado. O velho valeu enquanto foi novo...”

– “O senhor não é do sertão. Não é da terra...”

– “Sou do fogo? Sou do ar? Da terra é a minhoca—que galinha come e cata: esgaravata!” (GSV, 2001, p. 276-7, grifos meus)

Quando acusado de não conhecer o sertão posto que fosse estrangeiro, Zé Bebelo encontra-se questionado sobre as identidades do ser-jagunço e suas percepções de mundo; julga-se, senão, a própria manutenção da condição jagunça, dos grandes chefes e suas identidades, de suas legitimações, enfim, da política praticada por esses homens no sertão, de seu *costume velho de lei*⁹⁹. Joca Ramiro faz ressoar em suas palavras o patriarcalismo inerente aos grandes chefes, sendo o próprio o principal chefe jagunço. O antigo, o costume e a autoridade local são valores contra os quais Zé Bebelo, a civilidade e a modernidade se levantam. De toda forma, a casa-grande e Joca Ramiro não eram avessos à civilização representada ali por Zé Bebelo; *só não aceitavam era que o novo chegasse como força destrutiva e de negação do passado. O que representavam ali é a assimilação e a continuidade, a partir da autoridade de Joca Ramiro, espécie de patriarca, cujo poder não era imposto, mas dado pelo carisma e pela tradição, e assim aceito pelo conjunto*¹⁰⁰.

Os jagunços de menor expressão no âmbito do poder local ali presentes, integrados aquele momento tal qual uma tribuna popular, só possuíam representação efetiva quando vistos enquanto corpo coletivo, massa. Embora se converta em ganho civilizatório considerável, uma tribuna popular, num espaço onde predominam relações verticais de poder, a palavra final cabe ao chefe supremo, afirmando uma vez mais a desigualdade entre

⁹⁸ RONCARI, op. cit., p. 316.

⁹⁹ Cf. FREIRE, Márcio. *Exílio e morte social em Grande Sertão: Veredas*. VÉRTICES, v. 6, n. 2, maio/ago. 2004, p. 134.

¹⁰⁰ Cf. RONCARI, 2004, op., cit. p. 303.

comandantes e comandados. Porém, não se trata apenas da desigualdade que separa os chefes (donos do poder) das camadas subalternas (os jagunços), mas do fato de que, aqui, *a alteridade – ou a autonomia – do outro seja ao mesmo tempo reconhecida e negada, pressuposta e inconcebível*¹⁰¹.

Que visse o senhor os homens: o propeito. Aqueles muitos homens, completamente, os de cá e os de lá, cercando o oco em raia da roda, com as coronhas no chão, e as tantas caras, como sacudiam as cabeças, com os chapéus rebuçantes. Joca Ramiro era quem dispunha. Bastava vozear curto e mandar. Ou fazer aquele bom sorriso, debaixo dos bigodes, e falar, como falava constante, com um modo manso muito proveitoso: “Meus meninos... meus filhos...” Agora, advai que aquietavam, no estatuto. Nanja, o senhor, nesta sossegação, que se fie! O que fosse, eles podiam referver em imediatidade, o banguelê, num zunir: que vespassem¹⁰². Estavam escutando sem entender, estavam ouvindo missa. Um por si, de nada não sabia; mas a montoeira deles, exata, soubesse tudo. Estudei foi os chefes. (GSV, 2001, p. 277)

Riobaldo estudou os chefes, pois a esses cabia a decisão final, especialmente ao mais alto de todos: Joca Ramiro. Fica evidente neste trecho da fala do narrador a tendência ao cultivo de certo discurso conservador e autoritário por parte das elites latifundiárias, detentoras de valores econômicos e políticos; as elites deveriam, dessa forma, exercer tutela sobre o povo ignorante – aqui personificado na figura do jagunço, o qual Riobaldo é uma exceção – impossibilitado de distinguir os próprios interesses, precisando, portanto, ter os caminhos indicados para o bem comum¹⁰³.

Oito foram os que tomaram a palavra: Hermógenes, Sô Calendário, Ricardão, Titão Passos, João Goanhá, Gú, Dôsnô e Riobaldo, respectivamente. A exceção de Gú, Dôsnô e Riobaldo, jagunços, praticamente só os *chefes* se pronunciam, o que transforma o julgamento num conselho de chefes amparado por uma massa. Proferida sentença, esta fica na proporção

¹⁰¹ PASTA JR., José Antonio. *Temas do Grande sertão e do Brasil*. **Novos Estudos Cebrap**, nº 55, nov. 1999, p.67.

¹⁰² A manifestação dos jagunços, que é descrita pelo narrador, ocorre durante todo o tempo da ação do julgamento. O “povaréu”, formado pelos jagunços, desempenha um papel importante na representação. Suas reações preenchem os silêncios. Através delas o leitor é levado a dimensionar a ação que se passa no centro do círculo, transformando a narração em visualização.

¹⁰³ Essa concepção autoritária/conservadora de Governo pode ser percebida no pensamento de homens como Alberto Torres e Azevedo Amaral, impregnados muitas vezes de certo racismo. Acompanhemos o que diz Amaral sobre a liderança das elites (oligarquias): “As oligarquias constituíam verdadeiras expressões de reação orgânica da sociedade no sentido de estabelecer uma forma de ordem política, que substituísse o caos a que fatalmente seriam arrastados, se não surgissem núcleos de força para orientar coletividades incapazes de seguir diretrizes próprias no jogo das instituições, que não conseguiam assimilar e que a grande maioria de seus membros não podia sequer compreender”. (AMARAL, A. 1938, apud FAORO, Raymundo. **Os donos do poder – Formação do patronato político brasileiro**. Vol. 2, São Paulo: Editora Globo, 2004, p. 654). Sobre este assunto Cf. CANDIDO, A. **Vários escritos**. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 287-9.

de seis votos a favor da absolvição de Zé Bebelo para dois contra, os de Ricardão e Hermógenes – os rebeldes.

No tocante as reflexões que vão sendo elaboradas no transcurso do julgamento, o tribunal se coloca na contracorrente da ética jagunça; Ricardão e Hermógenes por sua hora são os únicos que caminham em direção oposta a do grupo, na medida em que classificam o tribunal como uma afronta à regra jagunça. Em primeiro plano colocam os interesses dos coronéis com os quais mantêm amizades, e mais, Hermógenes sugere *amarrar este cujo [Zé Bebelo], feito porco. O sangrante... Ou então botar atravessado no chão, a gente todos passava a cavalo por riba dele... Hermógenes se coloca como um homem dominado pelas paixões, que precediam e guiavam suas ações*¹⁰⁴.

De tal modo, seus argumentos são parciais, justificando tão somente o desejo de vingança, sangue e crueldade. Hermógenes acreditava que Zé Bebelo tinha vindo mandado pelo Governo, participando do mesmo movimento que vinha dos centros de poder – as cidades – para impor-se ao sertão, este Norte, e acabar com os mandonismos locais¹⁰⁵.

Vale agora reproduzir e ressaltar a fala da personagem Ricardão, a qual envereda pelos mesmos motivos que Hermógenes, porém, carregado de uma dimensão histórico-sociológica fundamental para o ato do julgamento. A intervenção de Ricardão se converte em centro das falas acusatórias.

Compadre Joca Ramiro, o senhor é o chefe. O que a gente viu, o senhor vê, o que a gente sabe o senhor sabe. Nem carecia que cada um desse opinião, mas o senhor quer ceder alar de prezar a palavra de todos, e a gente recebe essa boa prova... Ao que agradecemos, como devido. Agora eu sirvo a razão de meu compadre Hermógenes: que este homem Zé Bebelo veio caçar a gente, no Norte sertão, como mandadeiros de políticos e do governo, se diz que até a soldo... A que perdeu, perdeu, mas deu muita lida, prejuízos. Sérios perigos, em que estivemos; o senhor sabe bem, compadre chefe. Dou a conta dos companheiros nossos que ele matou, que eles mataram. Isso se pode repor? E os que ficaram inutilizados feridos, tantos e tantos... Sangue e os sofrimentos desses clamam. Agora, que vencemos, chegou a hora dessa vingança de desforra. A ver, fosse ele que vencesse, e nós não, onde era que uma hora destas a gente estaria? Tristes mortos, todos, ou presos, mandados em ferros para o quartel da Diamantina, para muitas cadeias, para a capital do Estado. Nós todos, até o senhor, sei lá. Encareço, chefe. A gente não tem cadeia, tem outro despacho não, que dar a este; só um: é a misericórdia duma boa bala, de mete-bucha, e a arte está acabada e acertada. Assim que veio, não sabia que o fim mais fácil é esse? Com os outros, não se fez? Lei de jagunço é o momento, o menos luxos. Relembro também, que a responsabilidade nossa está valendo: respeitante ao sel Sul de Oliveira, doutor Mirabô de Melo, o velho Nico Estácio, compadre Nhô Lajes e coronel Caetano Cordeiro... Esses estão agüentando acossamento do governo,

¹⁰⁴ Apud RONCARI, 2004, op. cit., p. 306.

¹⁰⁵ Ibid., p. 306.

tiveram de sair de suas terras e fazendas, no que produziram uma grande quebra, vai tudo na mesma *desordem*... A pois, em nome deles, mesmo, eu sou deste parecer. A condena seja: sem tardança! Zé Bebelo, mesmo zureta, sem *responsabilidade nenhuma*, verte pomba, perigoso. A condena que vale, legal é um tiro de arma. Aqui chefe, – eu voto... (GSV, 2001, p. 283-4, grifos meus)

Ricardão, figura voraz, grande, no sentido corporal e material, dono de muitas posses, só reconhece – isto é patente em seu discurso – os laços diretos, familiares, afetivos e hierárquicos; estes são confirmados em toda sua fala, quando trata a maior parte de seus superiores por *compadre*¹⁰⁶. Essa relação de compadrio presente na fala de Ricardão se inscreve no campo do clientelismo – espécie de relacionamento de ordem *política* herdado do Império –, pois que, como mesmo diz, *sirvo a razão de meu compadre Hermógenes*, lembrando à todos de sua subordinação, bem como, sua responsabilidade para com os coronéis – *Sul de Oliveira, Mirabô de Melo, Nico Estácio Nhô Lajes e coronel Caetano Cordeiro* –, de tal forma, que não restava dúvida sobre o lado que abraçava. Sob o olhar de Ricardão, Zé Bebelo vinha desestruturar a ordem estabelecida no sertão; por isso fechava com seus velhos compadres, para pôr termo a essa nova investida da política oficial do Estado em função da afirmação de seus poderes, como também da oligarquia dominante apoiada pelo governo do Estado, evento comum durante a Primeira República. Do mesmo olhar compartilhavam os potentados locais, resistindo à nova forma de dominação política, centralizadora, lutando pela continuidade da autonomia e dos poderes particularistas¹⁰⁷.

Encerramos este adendo a fala persuasiva de Ricardão, considerando o que nos diz Luiz Roncari a respeito das entrelinhas do discurso deste chefe jagunço:

O quadro que Ricardão deixa entrever [...] revela como o chefe jagunço está integrado numa rede de relações na qual se misturam o parentesco sanguíneo, religioso (o sistema de compadrio), a vizinhança territorial e as várias formas de dependência, como a de favores, proteção militar e econômica, esta, dispensadora dos recursos de que eles próprios dependiam para lutarem e sobreviverem. A lealdade de Ricardão, “responsabilidade nossa”, é para com os seus laços estabelecidos, pessoais e de costumes, “a condena que vale, legal, é um tiro de arma”, que o vinculam à tradição, ao direito costumeiro, e o faz a encarnação do espírito do sertão¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Quem tem chefe não delibera, ouve e executa ordens. O dissenso não se abrigará na liberdade reconhecida de opinião, senão que caracteriza a traição, sempre duramente castigada. O coronel é, acima de tudo, um compadre, de compadrio o padrão dos vínculos com o séquito. A hierarquia abrandar-se, suavizando-se as distâncias sociais e econômicas entre o chefe e o chefiado. O compadre recebe e transmite homenagens, de igual para igual, comprometido a velar pelos afilhados, obrigados estes a acatar e respeitar os padrinhos. (FAORO, R. op. cit., p. 634).

¹⁰⁷ Cf. RONCARI, 2004, op. cit., p. 312.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 313-4.

Portanto, a guerra que se dava nos Gerais (sertão mineiro) ganhava contornos de conflito entre as facções (situação e oposição) no estabelecimento da política local. Resistir ao Governo e à centralização da política do Estado era lutar pela afirmação do direito atemporal, dos desmandos de senhores e jagunços: o particularismo político dos poderes locais¹⁰⁹.

Titão Passos, contrariando a lógica guerreira e cruel de Hermógenes, adota princípios do direito natural, mesmo que orientados a partir da lógica sertaneja. Argumenta que Zé Bebelo

[...] não tem crime constável. Pode ter para o Governo, para delegado e juiz-de-direito, para tenente de soldados. Mas a gente é sertanejos [...]. Ele quis guerrear, veio — achou guerreiros! [...] A bem, se, na hora, a quente a gente tivesse falado fogo nele, e matado, aí estava certo, estava feito. Mas o refrego de tudo já se passou. Então, isto aqui é matadouro ou talho?... [...] (GSV, 2001, p. 285).

Titão Passos parece desvencilhar-se de uma parte da consciência tradicional em prol de seu próprio senso de justiça, pois que, não enxerga crime naquele que vem guerrear com as armas dos jagunços; matá-lo fora do espaço guerreiro – do campo de batalha – seria para este, carnificina, desmedida: *Então, isto aqui é matadouro ou talho?* Este personagem afirma sua individualidade e autonomia por meio do discurso, bem como encara o outro como um ser ao qual se deve respeito. Rosa desenvolve aqui uma personagem que incorpora práticas civis num espaço guerreiro, demonstrando por fim, consciência e responsabilidade sobre os próprios atos.

Quebrando as barreiras da hierarquia social, histórica e espacialmente constituídas, Joca Ramiro volta-se para a massa de jagunços que os rodeavam e requisita que proclamem sua opinião. De tal forma, Ramiro expande o exercício da participação no julgamento aos tradicionalmente excluídos.

¹⁰⁹ A partir da década de 1920, o governo federal intensifica sua política de centralização em benefício da diminuição do poder dos coronéis a nível local. A nomeação de intendentess, eletivos apenas os conselhos municipais, resultou em criar, à margem dos chefes locais, uma teia governamental autônoma. Raimundo Faoro esclarece nestes termos: “Para as autoridades estaduais, bem como para os delegados do governo federal, os reatores não passam de jagunços armados, bandoleiros, que sempre existiram em certa zona do sertão baiano, fazendo, de vez em quando, incursões nas localidades onde possam satisfazer seus instintos de pilhagem, agora insuflados e aproveitados pelas facções oposicionistas, que lhes forneceram armas, munições e dinheiro, impelindo-os ao saque de cidades abertas, e arregimentado-as para a luta armada contra autoridades constituídas dos municípios, com manifesta perturbação da ordem e tranqüilidade públicas. As próprias classes conservadoras [...] alarmam-se. Todos pedem a intervenção federal, que o presidente Epitácio Pessoa concede para garantir a situação reinante, com o malogro dos revolucionários. O espectro de Antonio Conselheiro não era de molde a admitir a vitória dos sertanejos contra o governo constituído. *A política dos governadores*, agora bordada de iluminuras jurídicas, afirma-se, ainda uma vez. [...] A presença corretora da União, afastando a oligarquia, não evocaria o coronel, num comando central, ao estilo monárquico?” (FAORO, op. cit., p.644-5.) Proponho um questionamento: não estaria Joca Ramiro tentando articular este governo central (oposicionista) sob a batuta de outros coronéis, já citados nesta pesquisa, contrários a política de centralização e modernização do sertão?

Quem toma a frente e apresenta-se para falar é um certo jagunço Gu; pede a palavra e percebe ser proveitoso para os jagunços mostrar aqueles cujo estandarte é a civilização maior exemplo de civilidade:

Com vossas licenças, chefe, cedo minha rasa opinião. Que é — se vossas ordens forem de se soltar esse Zé Bebelo, isso produz bem... Oséquio feito, que se faz, vem a servir à gente, mais tarde, em alguma necessidade, que o caso for... [...]... se em alguma outra ocasião [...] algum chefe nosso cair preso em mão de tenente de meganhas — então hão de ser tratados com maior compostura, sem sofrer vergonhas e maldades [...] A guerra fica sendo de bem-criação, bom estatuto (GSV, 2001, p. 288).

A guerra fica sendo de bem-criação, bom estatuto. Tais palavras refletem um desejo presente no discurso de Titão Passos, como também, no de Joca Ramiro. O desejo de moralizar o espaço guerreiro do sertão; mas também de negociar com as autoridades constituídas, viabilizando uma pretensa troca de favores. Aventando uma possibilidade anormal, pressupõe um relacionamento integrativo entre as duas esferas de poder e costumes. A permissividade e voracidade jagunça aliadas ao desejo de projetar vingança sobre o inimigo se convertem numa atitude racionalizadora nesta fala, processo vislumbrado pela constituição mesmo de um tribunal no meio do sertão.

A iniciativa do jagunço Gu abre caminho para Riobaldo, que segue a mesma linha de raciocínio, especialmente no que diz respeito à fala de Titão Passos.

Pois então, xente, hão de se dizer que aqui na Sempre-Verde vieram se reunir os chefes todos de bandos, com seus cabras valentes, montoeira completa, e com o sobregoverno de Joca Ramiro — só para, no fim, fim, se acabar com um homenzinho sozinho — se condenar de matar Zé Bebelo, o quanto fosse um boi de corte? (GSV, 2001, p. 290)

Entretanto, na seqüência, o discurso de Riobaldo mostra-se mais surpreendente e revelador do que os demais. Sua argumentação, diversa daquela apresentada pelos jagunços, torna-se indispensável à salvação de Zé Bebelo. Entretanto, a argumentação de Riobaldo atesta uma vez mais o caráter dúbio de sua personalidade, agora atestado em seu discurso; oscila, pois, tanto para o mundo moderno quanto para o tradicional.

A princípio Riobaldo destaca o papel da memória e da tradição oral do sertão enquanto elementos que garantiriam a permanência daquele universo. De outro, enaltece a nova

instituição estabelecida naquele meio marcado pela violência desmedida, traço fundante de um sistema tradicional:

A guerra foi grande, durou tempo que durou, encheu este sertão. Nela todo o mundo vai falar, pelo Norte dos Nortes, em Minas e na Bahia toda, constantes anos, até em outras partes... Vão fazer cantigas, relatando as tantas façanhas... Pois então, xente, hão de se dizer que aqui na Sempre-Verde vieram se reunir os chefes todos de bandos, com seus cabras valentes, montoeira completa, e com o sobregoverno de Joca Ramiro [...] (GSV, 2001, p. 290).

[...] se a gente der condena de absolvido: soltar este homem Zé Bebelo, a mãvazias, punido só pela derrota que levou – então, eu acho, é fama grande. Fama de glória: que primeiro vencemos, e depois soltamos... (GSV, 2001, p. 291).

Riobaldo, *jagunço-moderno*, segundo acepção de Ana Lúcia Branco, transporta para o cerne do julgamento valores que até o momento não eram conhecidos daquele meio: *a ordem, a justiça, o conceito abstrato de identidade humana que leva à formulação de um direito – o que se antepõe ao costume consagrado*¹¹⁰.

Em todo caso, se ergue enquanto princípio maior do episódio respeitando-se e levando em consideração os argumentos de todos aqueles envolvidos, a noção de justiça desenvolvida pelos jagunços, *no paradoxo de que ali quase todos (excetuando-se Hermógenes e Ricardão) buscam na guerra local uma ordem mais justa do que a ordem estabelecida e do que a desordem que atua a serviço da manutenção dessa ordem (a saber, a de coronéis, políticos e outros jagunços)*¹¹¹. Fica evidente que o interesse presente nas falas dos chefes e dos jagunços não significa que estes pretendam absolver o réu pensando em absolver (e por ventura extinguir) também os costumes tradicionais – por vezes atrozes –, mas antes, um ponto de equilíbrio entre o que se julga tradicional, se visto de fora (caso de Zé Bebelo), com o novo (presentificado no desejo de civilizar o sertão).

O discurso de Riobaldo personifica o conflito de valores modernos à penetrar no universo do sertão, ameaçando a permanência do sistema local; contudo, Riobaldo em dada medida age como ponderador, imaginando instituir algo novo no universo do sertão. Aparece no romance gozando a oportunidade de fundar *outra* norma. Nesse sentido, *o transculturador Riobaldo constitui-se como aquele que desafia a cultura estática a desenvolver sua potencialidade e produzir novos significados sem, contudo, perder sua textura íntima*¹¹².

¹¹⁰ BRANCO, Ana Lúcia. op. cit., p.08.

¹¹¹ Cf. PACHECO, Ana Paula. *Jagunços e homens livres pobres: O lugar do mito no Grande sertão*. *Novos Estudos Cebrap*, n. 81, jul. 2008, p. 185.

¹¹² BRANCO, op. cit., p. 08.

Se entendido a partir desse processo de transculturação, o episódio do julgamento (bem como a argumentação de Riobaldo) mais do que alegorizar a nossa vida político-social das primeiras décadas de República enquanto um momento de travessia de uma mentalidade imperial para outra, republicana, dita detentora da ordem e progresso nacionais, colocará a questão da identidade nacional no cerne dos eventos que cercam o julgamento. Como já foi traçado nesta pesquisa, Riobaldo é um personagem integrador, aventando em seu discurso a possibilidade de superação dos pólos opostos e contrários. Vê-se, por meio do processo da transculturação, um ganho de natureza dialética entre uma cultura considerada arcaica, portanto, subalterna, e outra, identificada com altos padrões civilizatórios (importados).

Na seqüência à fala do narrador-protagonista Zé Bebelo faz menção honrosa ao que aquele julgamento significa para o meio sertanejo: um ganho civilizatório, seja qual fosse a sentença final a ele enunciada. Em todo caso, Bebelo termina por se dar conta que a razão tem limites, bem como há no interior do sertão forças orientadas racionalmente, dotadas de esclarecimento, mesmo vinculadas à outra percepção e organização de mundo. Muito embora não tenham tido suas idéias um alcance universal, vários são os chefes e jagunços, entre eles Riobaldo, a pronunciarem-se contra a sua execução, intercedendo pela sua absolvição, ao passo em que defendiam um mínimo de regras civilizadas no contexto do confronto. A defesa de Zé Bebelo se orienta nesta direção:

Estou vendo que a gente só brigou por um mal-entendido, maximé. Não obedeco ordens de chefes políticos. Se eu alcançasse, entrava para a política, mas pedia ao grande Joca Ramiro que encaminhasse seus brabos cabras para votarem em mim, para deputado... Ah, este Norte em remanência: progresso forte, fartura para todos, a alegria nacional! [...] A gente tem de sair do sertão! Mas só se sai do sertão é tomando conta dele a dentro... (GSV, 2001, p. 294-5).

Encontrar forças de integração para governar o espaço do sertão era o único meio de ultrapassar as forças dominantes particularistas, instituindo uma política distinta destas dos potentados locais. Talvez tivesse sido erro seu antever que no sertão não haveria forças de civilização, como as que ora encontra na atitude de Joca Ramiro em romper parcialmente com as regras do meio para conceder-lhe um júri: *prova de que vós nossos jagunços do Norte são civilizados de calibre*. Bradava neste momento como apanágio de homens nobres e civis, bem como por ver-se salvo de desgraças maiores. Combater o sertão como uma totalidade em atraso e imerso na violência das relações imediatas, sem antes, conferir as forças positivas que podiam agir dentro deste espaço revelam um preconceito de classe. Porém, a maturidade

observada na admissão de seu erro indica a constituição moderna deste; uma posição reveladora de autoconfiança e coragem¹¹³, mas, sem perder o vício dos tempos: manipular as massas subalternas do sertão. Zé Bebelo se alcançasse, *entrava para a política, mas pedia ao grande Joca Ramiro que encaminhasse seus brabos cabras para votarem nele para deputado*.

Bordejando à respeito do significado do julgamento para Zé Bebelo chega-se ao mesmo ponto quando pensado à respeito dos grandes chefes:

o julgamento é uma forma de reconhecimento e legitimação, mas também a oportunidade esperada para colocar em prática suas idéias e seus ideais de legitimar publicamente sua identidade, de fazer-se conhecer e confrontá-los: é uma forma de afirmação; para os grandes chefes, não deixa de ser, também, a busca de uma forma de legitimação, de afirmação de força e poder, de manutenção, presente e inalterada, da forma de governo vigente, suas leis e seus princípios¹¹⁴.

Findado o julgamento, procede-se a aplicação da pena à Zé Bebelo. Este é condenado ao degredo, a um exílio de duração indeterminada: [...] *ir-se embora para Goiás [...] até enquanto eu vivo for, ou não der contra ordem... [...] (GSV, 2001, p. 297)*. Acepção que se identifica às normas de conduta estabelecidas no sertão rosiano. De tal forma, a pena destinada a Zé Bebelo mantém conexão estreita com os objetivos últimos dos grandes chefes, ou seja, a anulação de uma ameaça para suas formas de vida, para suas formas de governo¹¹⁵.

Afirmando sua independência e autoridade – *o julgamento é meu* – Joca Ramiro se colocava numa posição de autonomia muito próxima aquela vista em Zé Bebelo em relação às forças legais. Portanto, eram ambos, homens soberanos que amalgamavam em suas figuras as contradições de um país tateando as margens da modernidade. Participavam de momento inacreditável no sertão, egressos de caminhos contrários: *um, da ordem política oficial ao sertão concreto, e o outro, do mandonismo local costumeiro à nova ordem institucional do julgamento*¹¹⁶. No entanto, apenas uma das forças poderia permanecer ocupando aquele espaço que era o sertão. Isso nos diz Márcio Freire:

Zé Bebelo é “anulado”, “eliminado”, morto política e socialmente como herói portador e representativo de outro papel ideológico para o sertão ao ser afastado, “excluído”, pelo exílio, por manifestar opiniões contrárias ao *status quo* vigente, que dá sustentação a esses homens, a esse estado de coisas. O exílio é, também, a

¹¹³ Cf. RONCARI, 2004, op. cit., p. 336-7.

¹¹⁴ FREIRE, op. cit., p.134-5.

¹¹⁵ O exílio exerce aqui sua função histórica de *afastar/excluir/eliminar grupos ou indivíduos que, manifestando opiniões contrárias ao 'status quo', lutam para alterá-lo* (ROLLEMBERG, 1999, apud FREIRE, op. cit. p.137). Cf. QUEIROZ, Maria José de. *Os males da ausência ou a literatura do exílio*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

¹¹⁶ RONCARI, 2004, op. cit., p.338-9.

afirmação de suas resistências a esse *status quo* e de sua insistência na viabilização de seus princípios políticos, dizendo um não à realidade que impera no sertão, realidade onde e contra a qual foram forjados seus projetos. O desterro, nesse caso, constitui-se, simultaneamente, a rejeição e a derrota de seus projetos políticos para o sertão¹¹⁷.

Em *Grande sertão: veredas* temos Riobaldo narrando suas aventuras jagunças em retrospectiva. Portanto, a temporalidade da obra gira em torno de dois momentos: de um lado, as estórias recuperadas do narrador-protagonista indicam o período final da Primeira República, ao passo que o presente da narração – quando Riobaldo já se encontra aposentado da jagunçagem – indica certa proximidade à época em que se deu a escrituração do romance. Entendendo que tenha ficado claro o fato de que a República Velha configurou um período de alianças escusas entre poder público e mando indistinto dos coronéis locais, de modo que o poder central não se constituiu como força independente do mandonismo. Entretanto, começa a tatear formas de diluição desse poder inspirado no mandonismo dos grandes chefes locais, representativos, ainda que no meio republicano, das velhas forças do latifúndio; em todo caso, o poder central mantém-se atrelado de forma indireta a estas forças, delas extraindo seus representantes públicos.

Projetando alegoricamente um *mundo-jagunço*, Guimarães Rosa subtrai do cerne dos eventos a parte mais poderosa. Enfim, as estórias contadas por Riobaldo encontram seu lugar não na cidade – princípio civilizado –, mas no sertão, espaço em transformação. Cria de tal forma, a partir de um contexto de arranjos pessoais e justiça de mãos próprias, que estavam em jogo, um princípio de esclarecimento entre jagunços, concorrendo para julgar as ações de um homem ligado à tudo que se refere ao espaço urbano – dito civilizado.

¹¹⁷ FREIRE, op. cit., p.137.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou como um propósito estabelecer uma relação intertextual, no que diz respeito à História e à Literatura, a partir do romance *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa.

Fonte privilegiada de acesso ao real e as sensibilidades a respeito deste, a literatura mostrou-se preñe de sentido quando posicionamos questões que fomentassem sua interface com a história. Dessa maneira, os saberes da história e da literatura conjugaram-se durante o processo de apreensão de uma dada realidade, no fazer e refazer da narrativa. Rastreado, desta feita o pensamento de *Michel de Certeau*¹¹⁸ entendemos que o discurso historiográfico, tal qual o discurso literário, é afetado pela exterioridade das condições de sua produção.

De tal forma, o uso da literatura pelo historiador se converte não somente em possibilidade como em expediente necessário, pois que, revela imagens sensíveis das experiências temporais, ampliando as possibilidades de acesso ao imaginário. Contudo, este não deve buscar na citada disciplina expressões de verdades ou certezas documentais, mas antes, perscrutar as articulações desta narrativa com os eventos de uma época e/ou os valores constituídos da sociedade. A literatura, neste contexto, é identificada como via privilegiada de acesso ao imaginário de uma sociedade. Como afirma Sandra Pesavento:

A literatura registra a vida. Literatura é, sobretudo, impressão de vida. E, com isto, chegamos a uma das metas mais buscadas nos domínios da História Cultural: capturar a impressão de vida, a energia vital, a *enargheia* presente no passado, na raiz da explicação de seus atos e da sua forma de qualificar o mundo. E estes traços, eles podem ser resgatados na narrativa literária, muito mais do que em outro tipo de documento¹¹⁹.

Caminhando num outro sentido, porém, com mesmo fim, temos enquanto propositura de diálogo entre história e literatura, a defesa do enriquecimento recíproco dessas áreas quando pensadas como disciplinas escolares. De modo que o professor possa descarregar de seus ombros o fardo da História – verdadeira, universal e natural. O ensino interdisciplinar da história, não apenas na sua interface com a literatura, propõe renovadas possibilidades de elaboração de uma concepção de mundo mais cônica de que os elementos de explicação do mundo estão intimamente relacionados.

¹¹⁸ Cf. CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

¹¹⁹ PESAVENTO, 2006, op. cit., não paginado.

Quanto à Riobaldo – à revelia de um Macunaíma –, herói sem nenhum caráter, suas oscilações quanto à esfera cultural que “habita”, seu questionar constante, seu vocabulário às avessas, Guimarães Rosa reinventa um país contrastante na figura de um homem; ilumina com a linguagem o povo sertanejo, mais do que isso, faz com que as pessoas do povo dominassem a própria voz. Guimarães Rosa, agindo em instância transculturadora, mergulha nas falas e valores do povo, fazendo saltar aos olhos o que talvez se quisesse relegar ao esquecimento. Essa postura de equilibrar contrários em meio a um país que se costura lentamente fez Rosa *despontar aos olhos críticos de Ángel Rama que o considerou, pois, um mediador entre duas esferas culturais desconectadas: o interior-regional e o exterior-universal*.

O escritor, por meio do escrito transculturado, permite que a linguagem se faça e se refaça no próprio texto, no qual, por sua vez, a diacronia encontra a sincronia, o dado histórico se choca com o sistema existencial. “Reunindo estórias, histórias e anti-histórias, a obra conjuga paralelamente heróis e anti-heróis, vitoriosos e vitimados no meio sertanejo em resistência à modernidade das urbes”¹²⁰.

A invenção perpetrada pela narrativa rosiana atualiza o que existe de arcaico no sertão, recriando um tribunal – elemento associado com uma mentalidade moderna – num espaço historicamente marcado pela tradição. A implantação de instituição condizente com uma racionalidade moderna, como no julgamento de Zé Bebelo, sob a gerência de elementos ligados a valores tradicionais, participa do movimento de alegorizar a realidade de um país cuja modernidade é constitutivamente atrasada.

O pressuposto ficcional dessa tensão entre ordem e desordem, civilização e barbárie iniciada já nos tempos da República Velha, ganha contornos mais nítidos na mente de Rosa, se pensarmos no contexto brasileiro da década de 50, em que os temas da modernização do país e do desenvolvimento que se quer levar ao interior tornam-se constantes no cotidiano político nacional. Dessa maneira, o contexto nacional antepunha estas questões ao escritor que as converte em narrativa épica, alegorizando os receios e esperanças face à incorporação do sertão e do conjunto do Brasil à modernidade.

Brasil e sertão, espaços que convivem e refletem o atraso e desejo de progresso, marcados que estavam – estão? – por muitas insuficiências e onde a modernidade está por cumprir até em questões básicas. Riobaldo se converte, então, em alegoria de uma realidade contraditória, desejosa de harmonizar os contrários. Não no sentido do moderno/progresso

¹²⁰ BRANCO, op. cit., p. 10.

sufocar o atraso/tradicional ou este a aquele, mas antes, que se permitam conviver, aceitando-se reciprocamente. Por isso, Guimarães Rosa afirma em entrevista à Günter Lorenz que *Riobaldo é o sertão feito homem. [...] melhor, é apenas o Brasil*¹²¹.

¹²¹ LORENZ, 1983, op. cit., pp. 95-96.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABENSOUR, Miguel. *O Heroísmo e o Enigma do Revolucionário*. In: NOVAES, Adauto (org.) **Tempo e História**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

ARRIGUCCI JR., D. *Romance e experiência em Guimarães Rosa*. **Novos Estudos Cebrap** (São Paulo), n.40, nov. 1994.

BOSI, Alfredo. *Um testemunho do presente*. In **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1975): Pontos de partida para uma revisão histórica**. 8ª ed., São Paulo, Editora Ática, 1994.

BRANCO, Ana Lúcia. *Discurso transculturador: uma travessia inconclusa a respeito da transculturação em Grande Sertão: Veredas de Guimarães Rosa*. **Rev. Travessias**, n. 1, p. 5. Disponível em www.unioeste.br/travessias.

BRÉCHON, Robert. **Estranho Estrangeiro: uma biografia de Fernando Pessoa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.

CANDIDO, Antônio. *O homem dos avessos*. IN **Tese e Antítese**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

_____. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Vários escritos**. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

_____. *Jagunços Mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa*. In **Vários Escritos**. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2004, p. 113.

_____. *O super-realismo de Guimarães Rosa*. **Jornal da USP**. 15 a 21 de maio de 2006, ano XXI no.763. não paginado.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

COSTA, Ana Luiza Martins. *João Rosa, Viator*. In **A poética migrante de Guimarães Rosa**/Marli de Oliveira Fantini Scarpelli (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

COSTA, Cristiane. *Do global para o local*. **Revista Nossa História**. Editora Vera Cruz: Ano 2, nº 22, agosto de 2005.

Dossiê Guimarães Rosa. Publicado pela Fundação Guimarães Rosa. Disponível em: <http://www.medicina.ufmg.br/cememor/grosa.htm>.

DUSCHATZKY, Silva; SKLIAR, Carlos. *O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação*. IN: **Habitantes de Babel – Políticas e poéticas da diferença**. Jorge Larroza e Carlos Skliar (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Em Memória de João Guimarães Rosa. Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1968.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder – Formação do patronato político brasileiro**. Vol. 2, São Paulo: Editora Globo, 2004.

FREIRE, Márcio. *Exílio e morte social em Grande Sertão: Veredas*. **VÉRTICES**, v. 6, n. 2, maio/ago. 2004.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **As formas do falso: um estudo sobre a ambigüidade no Grande Sertão: Veredas**. Editora Perspectiva, São Paulo, 1986.

_____. **Guimarães Rosa**. São Paulo : Publifolha, 2000. – (Folha explica).

GOMES, Ângela de Castro. *A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado*. In SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

João Guimarães Rosa: Sua HORA. Disponível em www.medicina.ufmg.br/cememor/pub.htm.

JOSEF, Bella. **História da literatura hispano-americana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005.

LEONEL, M.C.; SEGATTO, J.A. *Alegoria e política no sertão rosiano*. In **A poética migrante de Guimarães Rosa**/Marli de Oliveira Fantini Scarpelli (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LIMA, Deise Dantas. *Escrita do espaço, espaço da escrita em Guimarães Rosa*. Disponível em: www.ciencialit.letras.ufrj.br/.../DEISE%20DANTAS%20LIMA.doc.

LORENZ, Günter. *Diálogo com Guimarães Rosa*. In **Guimarães Rosa / coletânea** organizada por Eduardo F. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. (**Coleção Fortuna Crítica; v. 6**).

_____. **Diálogo com a América Latina: panorama de uma Literatura do Futuro**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1973.

MEIGUINS, Alessandro. *O universo de Guimarães Rosa*. **Revista Vida Simples**. Abril. Edição 38/fevereiro de 2006.

MELO, Evaldo Cabral de. *Folha de S. Paulo, Mais!*, 17 set. 2000, p. 14-6.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. In SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.

MELLO, Maria Tereza Chave de. *A bela paz doméstica vai por água a baixo: a desafeição ao regime e a dessacralização do monarca*. In **A República Consentida**. Rio de Janeiro: FGV/EDUR, 2007.

MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de; ALVES, Gabriela Santos. *Da Alegria e da angústia de diluir fronteiras: o diálogo entre a História e a Literatura*. Disponível em: www.historia.uff.br/cantareira. ISSN 1677-7794.

OLIVEIRA, Franklin de. *Guimarães Rosa*. In COUTINHO, Afrânio. (Org.). **A Literatura no Brasil**. São Paulo: Global, 2004, vol. 5.

PACHECO, Ana Paula. *Jagunços e homens livres pobres: O lugar do mito no Grande sertão*. **Novos Estudos Cebrap**, n. 81, jul. 2008.

PASTA JR., José Antonio. *Temas do Grande sertão e do Brasil*. **Novos Estudos Cebrap**, nº 55, nov. 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & literatura: uma velha-nova história*. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Debates, 2006. <http://nuevomundo.reuves.org/index1560.html>. Acesso: 09 de maio de 2008.

_____. *Apresentação do dossiê “História Cultural & Multidisciplinaridade”*. In **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2007 Vol. 4 Ano IV nº 4, ISSN: 1807-6971.

QUEIROZ, Maria José de. **Os males da ausência ou a literatura do exílio**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

RADUY, Ygor. *Apontamentos sobre Guimarães Rosa e a Prática Historiográfica: Desenraizamento e Sacralização*. **Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários**. Volume 7 (2006) – 70-80. ISSN 1678-2054.

RAMA, Ángel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1975.

_____. *Os processos de Transculturização na Narrativa Latino-Americana*. In: RAMA, Ángel – **Literatura e Cultura na América Latina**. Flávio Aguiar e Sandra Guardini Vasconcelos (Org.). São Paulo: Edusp, 2001 (Ensaio latino-americanos; 6).

RESENDE, M^a Efigênia Lage de. *O processo político na Primeira República e o Liberalismo oligárquico*. In DELGADO, Lucília de A. Neves (org.). **O tempo do Liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RONCARI, Luiz. **O Brasil de Rosa: mito e história no universo rosiano: o amor e o poder**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 19 ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSA, João Guimarães. **Guimarães Rosa**. São Paulo: Abril Educação, 1982, p. 82 (série Literatura Comentada).

ROSA, Vilma Guimarães. **Relembraimentos: João Guimarães Rosa, Meu Pai**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

SILVA, Cristiano Cezar Gomes da. *Entre a História e a Literatura: as múltiplas letras, os múltiplos tempos, os múltiplos olhares em Graciliano Ramos*. In **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2007 Vol. 4 Ano IV nº 4, ISSN: 1807-6971, pág.4.

SILVA, Marcelo José da. *O Julgamento de Zé Bebelo: uma representação clássica no sertão*. **Encontro Regional da ABRALIC 2007: Literaturas, Artes, Saberes**. USP – São Paulo, Brasil, 23 a 25 de julho de 2007.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Grande Sertão: Brasil. Veredas de política e ficção**. Disponível em: www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/murgel.rtf.

VASCONCELOS, Sandra Guardini T. *Vozes do centro e da periferia*. In **A poética migrante de Guimarães Rosa**/Marli de Oliveira Fantini Scarpelli (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4. ed. ver. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora da UnB, 1998.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964)*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 37, 1994.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. 2. ed. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2001.